



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS

**ITINERÂNCIA DO COMÉRCIO INFORMAL: A PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO AMBULANTE NAS PRAIAS DE JOÃO PESSOA/PB**

LUCIENE ANDRADE ALVES

João Pessoa – PB
Abril de 2013

LUCIENE ANDRADE ALVES

**ITINERÂNCIA DO COMÉRCIO INFORMAL: A PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO AMBULANTE NAS PRAIAS DE JOÃO PESSOA/PB**

Monografia apresentada à Coordenação do
Curso de Geografia da Universidade Federal
da Paraíba, para obtenção do grau de bacharel
no curso de Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a María Franco García

João Pessoa – PB

Abril de 2013.

Catálogo na publicação
Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do CCEN

A474i Alves, Luciene Andrade.

Itinerância do comércio informal: a precarização do trabalho ambulante.../ Luciene Andrade Alves. – João Pessoa, 2013.

87f. : il. -

Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Profª Maria Franco Garcia

1. Ambulantes. 2. Comércio informal - Precarização.
3. Vendas na rua. I. Título.

BS/CCEN

CDU: 339.177(043.2)

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIENE ANDRADE ALVES

ITINERÂNCIA DO COMÉRCIO INFORMAL: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO AMBULANTE NAS PRAIAS DE JOÃO PESSOA/PB

Monografia Apresentada à coordenação do
Curso de Geografia da Universidade Federal
da Paraíba, para obtenção do grau de bacharel
no curso de Geografia.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a María Franco García - UFPB
Orientadora

Prof.^a M. Sc. Ana Glória Cornélio Madruga - UFPB
Examinadora

Prof.^a M. Sc. Araci Farias Silva - UFPB
Examinadora

João Pessoa, 19 de abril de 2013.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Ridete, pelo exemplo de batalhadora e grande mãe que, com coração tão generoso, sempre me apoiou em todos os meus projetos, planos e sonhos. A correria da vida tem nos mantido mais longe do que eu gostaria, mas é muito bom sentir sua presença protetora em todos os meus passos. Aos meus sobrinhos, Luanna e Arthur, pelo carinho e pelos momentos de risadas e aprendizado mútuo. Não sei o que seria da minha vida se não fossem vocês.

À querida orientadora María Franco, pela paciência e boa vontade de orientações intermináveis. María é um ser humano raro, e eu tenho a maior satisfação do mundo em conhecer e poder contar com sua ajuda e amizade. É uma grande profissional, cujo brilho nos olhos, nos inspira a pesquisar mais e mais. Gostaria de retribuir tamanha dedicação, e ainda que tenham ocorrido alguns percalços do meu “aprender-fazer” universitário, lembrar da garra de María, é motivação para outros desafios. Muito obrigada, María!

Aos trabalhadores ambulantes das praias de Tambaú, Cabo Branco, Seixas e Penha, que tão gentilmente cederam parte de seu precioso tempo de trabalho, e trabalho árduo, onde cada minuto é importante, para contribuir com esta pesquisa. Quisera eu fazer com que o trabalho de pesquisadora pudesse de alguma forma, retribuir construtivamente em suas vidas, tamanha boa vontade. Desde já, é a eles e a sua luta que dedico meu empenho nesta empreitada.

À Universidade Federal da Paraíba, por oportunizar minha formação acadêmica, agradeço a todos e todas professores e professoras com os quais aqui pude contar; cada um a seu jeito, contribuíram com o meu amadurecimento acadêmico.

Às professoras Ana Madruga e Araci, por tornarem esses corredores mais coloridos e mais cheios de sorrisos e carinho, e por terem aceitado participar desse momento tão importante. Obrigada pela paciência!

Aos companheiros do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – o CEGeT/PB – por representarem um momento fundamental de meu crescimento como ser humano e como estudante e pesquisadora. Os momentos de debates em torno da Geografia do Trabalho, “capitaneados” com toda liberdade pela professora María, são muito enriquecedores e têm me ajudado muito, em vários aspectos da minha vida. As trocas de experiências, os toques daqueles que já avançaram na vida acadêmica, as risadas, tudo isso foi e é muito importante pra mim. Precisamos continuar as discussões!

Aos companheiros de curso na UFPB, nossa querida turma se desfez, como é natural da vida, mas eu levo cada um de vocês, cada risada, cada troca de ideia, na minha memória. Saudades dos campos e das conversas no fundo da sala...

Aos colegas de trabalho da Diretoria de Estudos e Pesquisas Ambientais, na Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa, pela convivência amigável e respeitosa, num ambiente às vezes tão “carregado”. Muitos aprendizados e muita gratidão pelo companheirismo.

Às amigas Shirleia Leandro e Dália Maria, pela força de sempre, e principalmente nestes últimos tempos, de correria e algumas inquietações. Precisamos voltar a nos ver, meninas!

A todos e todas, agradeço de coração!

Selvagem

*A polícia apresenta suas armas
Escudos transparentes, cacetetes
Capacetes reluzentes
E a determinação de manter tudo
Em seu lugar*

*O governo apresenta suas armas
Discurso reticente, novidade inconsistente
E a liberdade cai por terra
Aos pés de um filme de Godard*

*A cidade apresenta suas armas
Meninos nos sinais, mendigos pelos cantos
E o espanto está nos olhos de quem vê
O grande monstro a se criar*

*Os negros apresentam suas armas
As costas marcadas, as mãos calejadas
E a esperteza que só tem quem tá
Cansado de apanhar*

(Música “Selvagem”, do álbum “Selvagem?”)

Herbert Vianna/Bi Ribeiro/João Barone

Os Paralamas do Sucesso, 1986.)

RESUMO

Este trabalho é resultado de pesquisa realizada nas praias urbanas de Tambaú, Cabo Branco, Seixas e Penha, na orla da cidade de João Pessoa, Paraíba, tendo como foco, o trabalhador informal ambulante da praia, enquanto parte da classe trabalhadora e também enquanto evidência preocupante da atual configuração do mundo do trabalho. Analisamos com nossa pesquisa as manifestações da informalidade e precarização do trabalho nas praias de João Pessoa, trazendo ao debate o trabalho informal, e sua espacialização pelo trabalhador ambulante. Em João Pessoa, como em todo o litoral do Brasil, os investimentos estruturais do mercado do turismo e da construção, atribuem à paisagem de praia um preço. O trabalhador informal ambulante realiza na praia o trabalho precarizado do qual depende para sobreviver, fazendo então com que este espaço seja um palco privilegiado para a análise dos conflitos e contradições próprios da cidade do capital. Cidade esta, que é lócus de reprodução da informalidade.

Palavras-chave: Trabalho Informal. Uso e ocupação do solo urbano. Precarização do Trabalho.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de una investigación llevada a cabo en las playas urbanas Tambaú, Cabo Branco, Seixas y Penha, en el borde de la ciudad de João Pessoa, Paraíba, centrado en el trabajador informal ambulante por la playa, mientras parte de la clase obrera, así como pruebas preocupante de la configuración actual del mundo del trabajo. Analizamos con nuestra investigación las manifestaciones de la informalidad y la precariedad del trabajo en las playas de João Pessoa, trayendo al debate el trabajo informal, y la espacialización de trabajador ambulante. En João Pessoa, ya lo largo de la costa de Brasil, el turismo y la inversión estructural del mercado de la construcción, se adhieren a la paisaje de la playa un precio. El trabajador informal ambulante realiza en la playa, el trabajo precario, que depende para su supervivencia, haciendo de este espacio, así que es un escenario privilegiado para el análisis de los conflictos y las contradicciones propias de la ciudad capitalista. Esta ciudad, que es el lugar de reproducción de la informalidad.

Palabras clave: Trabajo Informal. Uso y Ocupación del Suelo Urbano. El Trabajo Precario.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trabalhadores informais ambulantes na praia do Cabo Branco, João Pessoa, 2011	25
Figura 2 – Sobreposição do mapa dos bairros de João Pessoa, sobre imagem de satélite, 2012	27
Figura 3 - Sobreposição do Mapa dos bairros de João Pessoa com destaque para Tambaú, Cabo Branco, Ponta do Seixas e Penha, sobre imagem de satélite, 2012	27
Figura 4 – Fachada do Shopping Centro Terceirão	31
Figura 5 – Corredor e boxes do Shopping Centro Terceirão	31
Figura 6 - Quiosque na praia do Cabo Branco, João Pessoa, 2012	32
Figura 7 - Quiosques na praia do Seixas, João Pessoa, 2012	33
Figura 8 - Avenida Litorânea e as primeiras avenidas da orla pessoense	34
Figura 9 - Trabalhador ambulante vendendo refrigerantes e cerveja, com auxílio de carrinho adaptado, na praia de Tambaú João Pessoa, 2011	50
Figura 10 - Trecho de reportagem sobre as ações da Prefeitura contra os ambulantes do Centro de João Pessoa, 2012	54
Figura 11 - Trajeto diário de trabalho do Sr. L.	59
Figura 12 - Palco instalado na praia do Cabo Branco, João Pessoa, 2011	60
Figura 13 - Fase de montagem da estrutura da arena de vôlei de praia, Cabo Branco, João Pessoa, 2011	61
Figura 14 - Farol do Cabo Branco e Estação Ciência, Cultura e Artes Cabo Branco	63
Figura 15 - Foto da praia da Penha, João Pessoa, 2012	64
Figura 16 – Praia de Tambaú, 1935	65
Figura 17 – Praia de Tambaú, 2012	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da área e da população do município de João Pessoa	38
Gráfico 2 – Grupos etários dos trabalhadores/as informais ambulantes na orla de João Pessoa, 2011..	45
Gráfico 3 - Faixa etária dos trabalhadores/as informais ambulantes	45
Gráfico 4 - Origem dos trabalhadores/as informais ambulantes.....	47
Gráfico 5 – Grau de escolaridade dos trabalhadores/as informais ambulantes de João Pessoa, 2011 ...	48
Gráfico 6 – Meios de transporte utilizados pelos trabalhadores/as ambulantes para irem ao trabalho, João Pessoa, 2011	49
Gráfico 7 – Valor arrecadado mensalmente pelos trabalhadores informais pesquisados, João Pessoa, 2011	51

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos bairros de Tambaú, Cabo Branco, Ponta do Seixas e Penha em João Pessoa	26
Mapa 2 - Evolução da área urbana de João Pessoa de 1634 a 2004	36
Mapa 3 - IEX social por bairros de João Pessoa.....	57
Mapa 4 - Distribuição dos trabalhadores entrevistados pelos bairros de João Pessoa, 2011.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Saídas de campo, João Pessoa, 2011.....	18
Tabela 2 – Evolução da população urbana e perímetro urbano de João Pessoa (1634-2004)	37
Tabela 3 - Produtos/serviços comercializados nas praias pelos trabalhadores ambulantes entrevistados	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 - O ESPAÇO URBANO EM JOÃO PESSOA	23
1.1 Conceito de espaço geográfico	23
1.2 O espaço geográfico foco de pesquisa: as praias urbanas	24
1.3 A cidade	29
1.4 Processo histórico de formação do espaço urbano de João Pessoa	36
CAPÍTULO 2 - TRABALHADORES INFORMAIS AMBULANTES E TRAJETOS ESPACIAIS EM JOÃO PESSOA	42
2.1 Trabalho e informalidade	42
2.2 O trabalho e os trabalhadores informais ambulantes das praias de João Pessoa.....	44
2.3 Direito à cidade.....	52
2.4 Restrições à atividade informal: sociedade e poder público	53
2.5 Os trajetos informais	55
2.6 Paisagem negociada: turismo e informalidade	62
CAPÍTULO 3 – TRABALHO AMBULANTE: faces da informalização e precarização do trabalho no espaço urbano de João Pessoa	68
3.1 Desafios do mundo do trabalho atual	68
3.2 Complexidade da análise da informalidade	69
3.3 Empreendedorismo e desemprego	70
Considerações finais.....	76
Referências	78
Anexos	81

INTRODUÇÃO

A informalidade do trabalho é um fenômeno amplamente espreado e em pleno crescimento nas cidades brasileiras, no entanto, tem sido amplamente ignorado e/ou escamoteado pelos estudos tradicionais do trabalho e pelos “números oficiais do emprego”, apresentados pelas entidades públicas responsáveis pelas políticas de geração de emprego. Números que devem ser cuidadosamente esmiuçados pela pesquisa acadêmica, já que entidades públicas se esforçam em apresentar uma imagem de país, de estado, de cidade em geral muito menos problemática do que a realidade mostra¹. O principal motivo que nos levou à construção deste trabalho de pesquisa de conclusão do curso de geografia foi e continua sendo a inquietação a respeito da suposta invisibilidade a que inúmeras pessoas estão sujeitas no mundo do trabalho na atualidade. Isto inspirou nossa análise, buscando compreender o trabalhador informal ambulante² como parte constituinte da classe trabalhadora que se amplia, modifica e metamorfoseia na contemporaneidade neoliberal brasileira.

Bastante diferente dos discursos políticos e midiáticos apresentados sobre o ideal de uma sociedade justa e feliz, nossa conjuntura política e social encontra-se comprometida com o ideário de uma sociedade excludente e desigual. Essa sociedade forja-se, e cada vez mais, entrincheirada entre valores burgueses, em defesa absoluta daqueles que protegem relações de trabalho baseadas no lucro de alguns em detrimento dos direitos de muitos outros.

É neste sentido que a pesquisa geográfica vem apresentar um esforço analítico para mostrar aquilo que está para além da paisagem, do visível, do que é considerado normal, do cotidiano. A informalidade, tão comum, tão presente, é uma evidência preocupante do intrincado mundo do trabalho no que nos relacionamos entre nós mesmos e com a natureza circundante. Nossa pesquisa tem o objetivo, por meio da análise das manifestações específicas da informalidade e precarização do trabalho em várias praias de João Pessoa, trazer ao debate o trabalho informal, um tema por vezes ausente nos espaços acadêmicos, especialmente na geografia urbana, sem a pretensão de esgotar um assunto tão cheio de nuances, indagações,

1 Há décadas o discurso desenvolvimentista está presente no arcabouço ideológico do governo central do país, e as escolhas de tendência neoliberal refletem diretamente na oferta de emprego.

2 Convencionamos aqui como trabalhador ambulante, aquele que executa o seu trabalho sem possuir um ponto fixo, e que, em geral, perambula pela praia, ou por outras áreas da cidade, comercializando suas mercadorias.³ O Decreto Federal nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, no Art. 22, define que “orla marítima é a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar.” (BRASIL, 2004).

desdobramentos e desafios, com o intuito, também, de contribuir com os estudos da Geografia do Trabalho.

O recurso metodológico fundamental em nossa pesquisa foi o trabalho de campo, quando aplicamos questionários (Anexo 1), buscando, junto aos trabalhadores e trabalhadoras, entender a própria atividade, além dos motivos que os levaram até a informalidade e as condições em que este trabalho acontece. Nosso intuito foi conhecer a sua prática, laboral e espacial, cotidiana na informalidade; as condições de vida desses trabalhadores e as suas famílias; suas expectativas dentro e fora da atividade e o sentido do seu trabalho. As saídas a campo constam na Tabela 1, com indicação das datas e trechos pesquisados, dos 105 questionários aplicados. Também tivemos a oportunidade de realizar entrevista semi-estruturada com uma ex-trabalhadora ambulante, no dia 10/04/2012. Além do trabalho de campo, utilizamo-nos da leitura de material relacionado à complexidade do mundo do trabalho nos dias atuais, nas diversas áreas do conhecimento que discutem o tema, tendo como base a vasta contribuição crítica realizada pela ciência geográfica nas últimas quatro décadas.

Tabela 1 – Saídas de campo, João Pessoa, 2011

Data	Dia da semana	Período	Praias	Areia/calçadão	Nº de questionários aplicados
05/01/2011	quarta-feira	manhã	Cabo Branco/Tambaú	areia	8
17/01/2011	segunda-feira	noite	Cabo Branco/Tambaú	calçadão	4
23/01/2013	domingo	manhã/tarde	Cabo Branco/Tambaú	areia	6
29/01/2011	sábado	manhã	Cabo Branco/Tambaú	areia	5
08/02/2011	terça-feira	noite	Cabo Branco/Tambaú	calçadão	3
19/02/2011	sábado	manhã	Seixas/Penha	areia	6
02/03/2011	quarta-feira	noite	Cabo Branco/Tambaú	calçadão	3
18/03/2011	sexta-feira	manhã	Seixas/Penha	areia	6

28/03/2011	segunda-feira	noite	Cabo Branco/Tambaú	calçadão	4
09/04/2011	sábado	noite	Cabo Branco/Tambaú	calçadão	5
08/05/2011	domingo	manhã	Seixas/Penha	areia	5
05/06/2011	domingo	manhã/tarde	Cabo Branco/Tambaú	areia	7
09/07/2011	sábado	manhã	Cabo Branco/Tambaú	areia	6
05/08/2011	sexta-feira	manhã	Cabo Branco/Tambaú	areia	7
20/11/2011	domingo	manhã/tarde	Cabo Branco/Tambaú	areia	4
16/01/2012	segunda-feira	manhã	Seixas/Penha	areia	6
25/01/2012	quarta-feira	manhã	Seixas/Penha	areia	12
29/01/2012	domingo	manhã/tarde	Seixas/Penha	areia	8

Fonte: ALVES, L.A. Saídas a campo entre 2011 e janeiro de 2012.

Sobre a importância do trabalho de campo, por Lacoste (1985), somos alertados de que, nas Ciências Sociais, para além do terreno que faz parte de nossa pesquisa, tratamos, afinal, de homens e mulheres. Ou seja, nossa análise da pesquisa de campo realizada deve contemplar algo mais que números, formas paisagísticas, lógicas de ordenamento urbano, e sim, privilegiar o elemento humano inserido neste espaço.

Dentre os caminhos de pesquisa por nós utilizados para a construção desta monografia, destacamos também os momentos de debate e estudo de obras que balizam a discussão travada pela Geografia do Trabalho, junto ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT/PB. Durante os encontros quinzenais tivemos oportunidade de refletir sobre as diversas faces do mundo do trabalho que na atualidade estão sendo pesquisadas pelos membros do grupo. Muitos dos autores e referenciais da nossa pesquisa como Marx (2007), Lefèbvre (2008), Thomaz Júnior (2009) e Harvey (2011), foram e são assunto central e/ou subsidiário dos estudos realizados pelo grupo.

Para entender como se relaciona a informalidade do trabalho ambulante com o espaço urbano pessoense optamos, neste trabalho, por iniciar a nossa reflexão questionando o que é o

espaço urbano e como este se configura na cidade de João Pessoa. Nosso esforço direciona-se para aproximarmos ao debate sobre a produção do espaço urbano e a sua reprodução na sociedade capitalista atual. Nós nos interessamos em saber como as diferentes relações sociais de produção e trabalho produzem e são produtoras do mesmo, pois nossa abordagem considera o trabalho como centro da produção e reprodução da vida humana. Os principais autores utilizados para subsidiar esta reflexão são Thomaz Júnior (2009), Harvey (2011) e Antunes (2004).

Para compreender como a informalidade ocorre nas praias da cidade de João Pessoa, precisamos apreender também como aconteceu o processo histórico que levou à configuração atual deste espaço. Por isso, damos continuidade ao nosso estudo, com o resgate da discussão acadêmica sobre o espaço urbano em João Pessoa, propondo um breve resgate histórico da formação da cidade a partir dos trabalhos de Oliveira (2006), Leandro (2006), Lima (2012) e Rodriguez (1980). Na nossa abordagem, consideramos a cidade como a materialização máxima da lógica de acumulação característica da sociedade do capital, por isso procuramos entender melhor a própria cidade como um processo/produto dessa forma histórica social, seus desafios, sua lógica e as suas correlações.

Na segunda parte de nossa monografia, apresentamos os resultados do trabalho de campo realizado no decorrer da pesquisa, à luz da reflexão da Geografia do Trabalho, apoiados nos aportes da teoria sociológica e da história. Nosso interesse nesse momento é identificar quem é trabalhador informal ambulante a partir da compreensão de sua realidade, e da efetiva realização de seu trabalho. Interessa-nos entender como este se relaciona com a cidade e seu espaço; como as suas práticas espaciais cotidianas são condicionadas pela informalidade do seu trabalho; quais são as frações do espaço urbano pessoense apropriadas por esses trabalhadores para a sua reprodução, para além dos espaços litorâneos onde se concretiza o comércio. Os trajetos que estes trabalhadores realizam desde as suas residências até seus “locais de trabalho” foram analisados, utilizando-nos do conteúdo cartográfico disponibilizado pelos órgãos da esfera pública que detêm estas informações, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA) e Secretaria de Planejamento (SEPLAN), da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Construímos também mapas que apresentam trajeto, as práticas espaciais de diversos trabalhadores ambulantes que participaram da pesquisa e que realizam cotidianamente, dinamizando os fluxos do espaço urbano de João Pessoa. Questões como condições de moradia dos trabalhadores ambulantes e o caráter segregador que este contraste – lugar de residência/lugar de trabalho – exerce sobre a vida do trabalhador ambulante são

também problematizadas. A mobilidade, característica basilar na análise do trabalho informal ambulante, veio, assim, assumir papel de destaque neste trabalho, inclusive por sinalizar os termos em que se dá o uso e a ocupação do solo urbano em João Pessoa.

O espírito de crítica definido por Henri Lefebvre em 1968 e que se condensa na expressão “direito à cidade”, repudiava radicalmente o determinismo dos planejadores e o positivismo dos urbanistas que consideravam apenas os problemas urbanos como questões meramente administrativas e técnicas. Esse espírito é retomado na nossa pesquisa, já que a alienação a que são submetidos os protagonistas desse espaço, que muitos dos trabalhos em geografia urbana teimam em reproduzir, está na contramão da nossa proposta. Segundo o autor, “o método para abordar os problemas do espaço não pode consistir unicamente num método formal, lógica ou logística; analisando as contradições do espaço na sociedade e na prática social, ele deve e pode ser, também, um método dialético.” (LEFÈBVRE, 2008, p. 14). Os trabalhadores, homens e mulheres, ambulantes na sua lida cotidiana pela reprodução da vida na cidade de João Pessoa, não são objetos senão sujeitos desse espaço social, fruto de relações econômicas de dominação e de políticas urbanísticas por meio das quais os diferentes representantes do poder do Estado “ordenam” e “controlam” a população como veremos mais adiante. Não obstante, nem ordem nem controle são absolutos.

Os trabalhadores ambulantes são, antes de qualquer coisa, sujeitos da construção da sua própria cidade. Na compreensão de Lefebvre (2008) tratar-se-ia de uma forma de democracia direta, além do direito ao voto ou a expressão verbal, pelo controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade, produzida como uma obra humana coletiva em que cada um e cada comunidade têm espaço para manifestar a sua diferença. A cidade informal é a própria cidade, não é outra. Uma cidade que acontece quando os trabalhadores ambulantes se apropriam desse espaço, o transformam para satisfazer e expandir as necessidades e possibilidades dessa coletividade. Apropriação não tem a ver com propriedade, senão com o uso, e tem que acontecer coletivamente como condição de possibilidade à apropriação individual. Segundo o autor, na obra mencionada:

O direito à cidade significa o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas. [...] Não existe realidade urbana, [...] sem um centro, sem uma reunião de tudo o que pode nascer no espaço e nele ser produzido, sem encontro atual ou possível de todos os “objetos” e “sujeitos”. (p. 32).

O protagonista do processo de transformação do espaço urbano não é para nós nem a ciência nem a técnica. Concordando com a obra de Lefèbvre, que considera que o protagonista dessa transformação é a classe trabalhadora, ora informalizada e precarizada no extremo, pois ela nega e contesta, nos diferentes rincões da cidade, a estratégia de classe dirigida contra ela. A força da cidade está, na visão deste autor, na reinvenção permanente da vida social, nesta pesquisa analisada a partir de um dos seus protagonistas: o trabalhador informal ambulante.

Os desafios aos quais este trabalhador está sujeito dizem respeito à ação do poder público, que por vezes tem reprimido seu trabalho nas praias turísticas da cidade de João Pessoa, muitas vezes forjando a ideia de que a cidade do capital oferece igualitariamente o direito ao trabalho formal e digno a todos seus cidadãos.

Ainda quanto ao uso e ocupação do solo urbano, sobressai a análise das propriedades de compra e venda, atribuídas ao espaço e, mais especificamente na praia, à paisagem. O capital move-se implacável sempre no sentido do lucro, no sentido da acumulação. O espaço, não sendo um objeto neutro, mas sim, um importante instrumento nas mãos do capital, tem papel estratégico no tocante à venda da paisagem pelo turismo e pela indústria da construção. Isto, tendo o poder público, em todas as suas esferas, seja municipal, estadual ou federal, como importante colaborador, em ações de ordenamento do espaço urbano.

No terceiro capítulo, empenhamo-nos em analisar o processo contemporâneo de informalização e precarização do trabalho, a partir da análise do comércio ambulante. A complexa análise, contextualização e mesmo conceituação da informalidade aqui se destaca, representando um grande desafio aos nossos esforços investigativos. Para tal, mais uma vez é importante frisar o mérito da Geografia do Trabalho, no sentido de ajudar-nos a compreender as intrincadas determinações do capital no espaço em que se desdobram nossas vidas.

O discurso do empreendedorismo, por vezes enganoso, tende a turvar a percepção de uma realidade em que a informalidade se encontra inclusive nos chamados “espaços formais” de trabalho, servindo precariamente e distorcendo os resultados da evolução do emprego/desemprego atuais. Para tal análise, consideramos que o estudo minucioso da crise estrutural do capital ganha destaque na crítica do mundo do trabalho como hoje se apresenta. A constante e quase invisível informalização do trabalho precisa estar na pauta de nossos estudos, pois afeta diretamente o âmago deste aspecto da vida social, tão fundamental a nossa sobrevivência, e ao desenvolvimento de um ideal de sociedade de fato justa e equânime.

CAPÍTULO 1

O ESPAÇO URBANO EM JOÃO PESSOA

Entender como a informalidade acontece hoje, em João Pessoa, exige que consideremos o processo de formação do espaço urbano da cidade. Neste capítulo, vamos analisar o processo de formação deste espaço, iniciando o debate no próprio conceito de espaço geográfico. Refletimos aqui também sobre a cidade como um tema complexo, que requer um aprofundamento nos estudos sobre o direito à cidade, uso e ocupação do solo urbano. Entendemos que a informalidade que tratamos em nossa pesquisa manifesta nas ruas a desigualdade e a insegurança a que os trabalhadores estão sujeitos na cidade. Nas palavras de Carlos (2005): “hoje a cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista.” (p. 25). Desta forma, buscamos analisar a cidade capitalista, e especificamente a cidade de João Pessoa a partir de seu processo de urbanização.

1.1 Conceito de espaço geográfico

É fundamental uma conceituação clara e objetiva do espaço geográfico, dada polissemia própria do termo “espaço”. Provavelmente existam tantas definições de espaço quanto existam disciplinas a utilizar o termo, por isso é importante que tenhamos, na geografia, uma conceituação sólida. Nas palavras de Milton Santos: “uma definição consistente do espaço geográfico não pode ser encontrada nas metáforas providas de outras disciplinas. (...) É à geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos (...)” (p. 87).

O autor propõe a definição de espaço segundo a qual o mesmo seja formado por um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (p. 21). Segundo esta definição, objetos e ações estão interligados e apenas podem ser analisados a partir do arranjo espacial que estabelecem no tempo.

Já para Ruy Moreira, o espaço geográfico é resultado do movimento dialético da natureza, ou seja, sua constante transformação, fruto da relação homem-meio: “[O espaço] é a materialidade do processo de trabalho. É a relação homem-meio na sua expressão histórica concreta.” (MOREIRA, 2009, p. 71). Para este autor, hoje, o espaço geográfico, mais do que nunca, é um dos mais importantes instrumentos nas mãos do capital:

Usando a paisagem com fins turísticos; projetando “obras de impacto” em áreas estratégicas; confinando ideias cívicas à unidade espacial Estado-Nação; planejando a exploração e consumo de recursos naturais; redistribuindo populações faveladas (viveiros de mão-de-obra) para áreas destinadas à implantação de distritos industriais; fabricando imagens de lazer e conforto com áreas verdes, sol, sal e mar para forjar venda de imóveis de fachadas e nomes pomposos, ou marcas de cigarros; manobrando as articulações do complicado tabuleiro de xadrez da geopolítica mundial; espalhando os tentáculos desses polvos gulosos e insaciáveis eufemisticamente chamados multinacionais; tais são alguns exemplos dessa interminável lista de maneiras que o capital encontrou de usar o espaço geográfico como instrumento de acumulação e poder. (1982, p. 36).

Em nossa pesquisa, os conceitos geográficos de espaço e paisagem ganham destaque, por isso, consideramos necessário ter a clareza quanto aos seus significados. Corroboramos a diferenciação feita por Milton Santos (2012), ao considerar que:

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Espaço são essas formas mais a vida que as anima. (p. 103).

E pelo fato de o espaço ser muito mais do que a simples soma entre paisagem e sociedade, ou seja, como afirma Costa (1989), “O espaço é uma instância econômico-sócio-cultural da sociedade” (p. 16), consideramos que a dimensão social é capaz de fornecer a essência do espaço, o que faz com que este seja um dos eixos ideológicos de nossa pesquisa.

1.2 O espaço geográfico foco de pesquisa: as praias urbanas

A praia é frequentada, de modo geral, em busca de atividades de lazer, seja por turistas, ou pela população local. O uso do espaço praiano para fins de recreação remonta ao século XVIII, quando a moda dos banhos de mar, surgida na Europa, e dada sua hegemonia cultural, alastrou-se pelo Ocidente “pasteurizando-se” no comportamento da população (RAMOS, 2009). Destaca também a predileção por estes espaços – vide relação de oferta/procura da indústria da construção – para uso como moradia, também em consequência deste modismo hegemônico. Ambos os tipos de uso do espaço estão vinculados à lógica do capital turístico e imobiliário. E para tal, é aplicada ao espaço praiano uma modificação infraestrutural muitas vezes de consequências destrutivas.

Segundo Ramos (2009), a cultura de praia desenvolve-se nestes espaços, então, como “formas de conduta à beira-mar, práticas esportivas, maneiras de vestir-se, de pensar, de agir, de morar e de consumir. As sociedades das praias possuem suas próprias formas e normas.” (p. 13). O trabalho informal ambulante desenvolve-se como parte desta cultura. Os ambulantes, que antes restringiam suas atividades às ruas, passaram a acompanhar a população, também, nas praias.

Partimos da realidade vivenciada por trabalhadores ambulantes nas praias do Cabo Branco, Tambaú, Penha e Seixas, todas elas praias urbanas e localizadas em bairros de alta densidade residencial e estabelecimentos turísticos, como a rede hoteleira de João Pessoa, restaurantes, comércio de souvenirs e serviços vinculados, muitos deles localizados na própria orla³. Estas são as praias mais frequentadas da orla da capital paraibana e onde a informalidade ambulante acontece de maneira ostensiva, conforme podemos verificar na Figura 1.

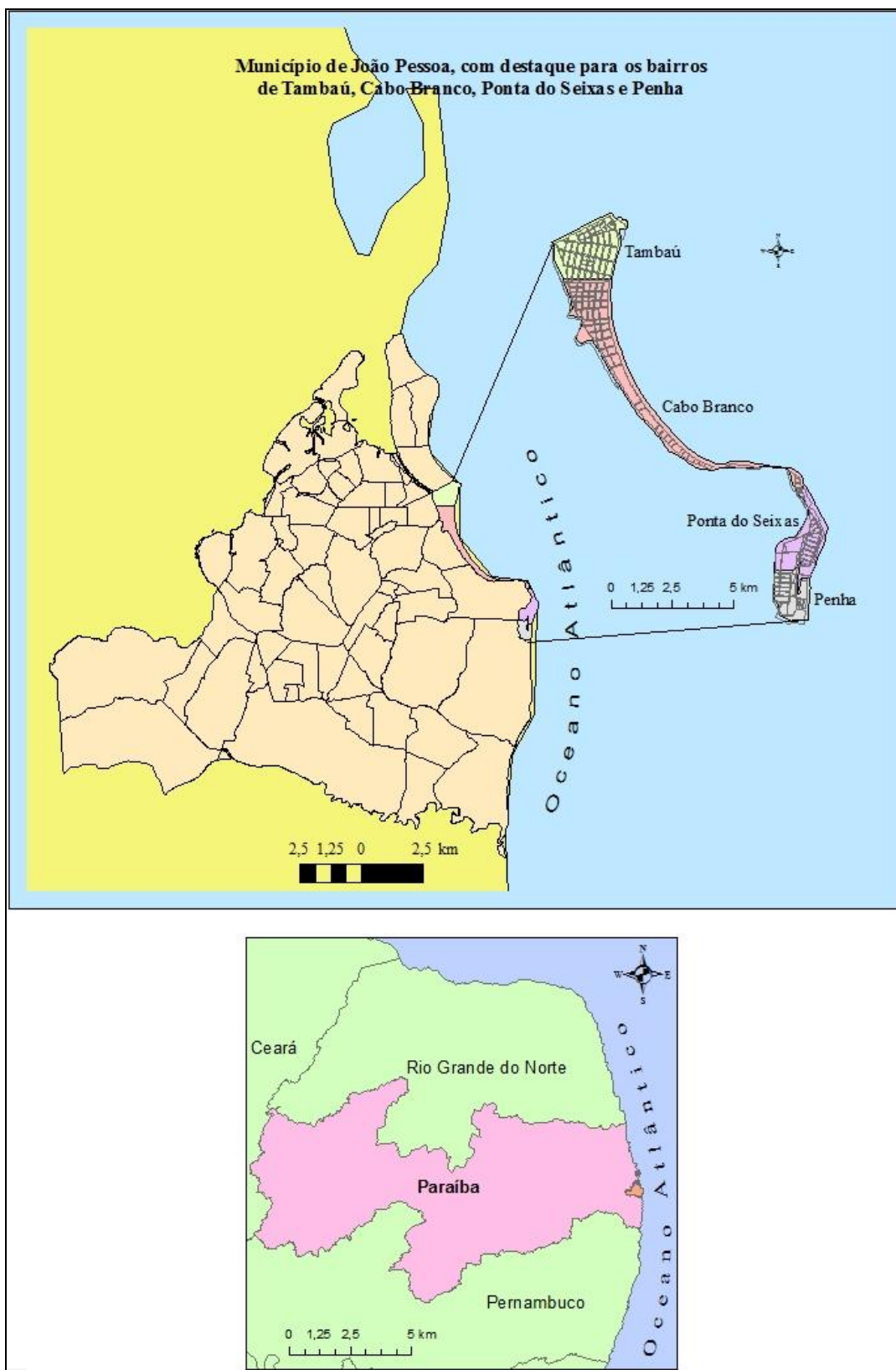
Figura 1 – Trabalhadores informais ambulantes na praia do Cabo Branco, João Pessoa, 2011



A foto apresenta uma imagem comum em um dia de praia na capital paraibana: trabalhadores informais ambulantes transportando diversas mercadorias, transitando sobre as areias ou estabelecidos em pontos fixos, atraídos pelo número significativo de banhistas e demais usuários deste espaço. **Autora:** Alves, L.A. Trabalho de campo, dezembro de 2011.

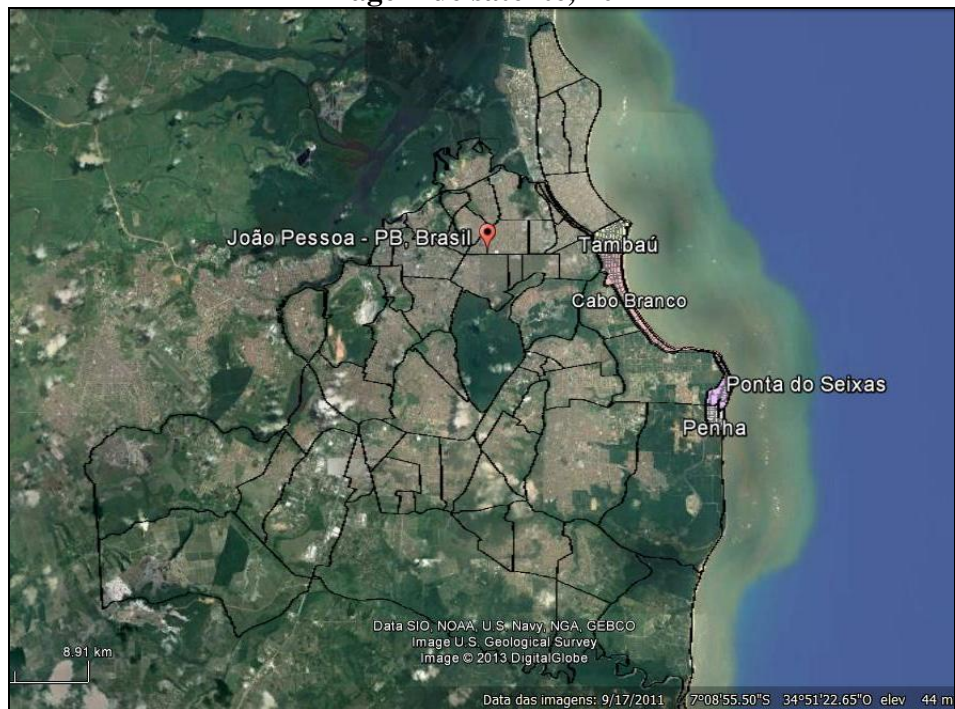
³ O Decreto Federal nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, no Art. 22, define que “orla marítima é a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar.” (BRASIL, 2004).

Mapa 1 – Localização dos bairros de Tambaú, Cabo Branco, Ponta do Seixas e Penha em João Pessoa



Fonte: base digital: SEPLAN/PMJP e AESA.
Autora: ALVES, L. A. 2013.

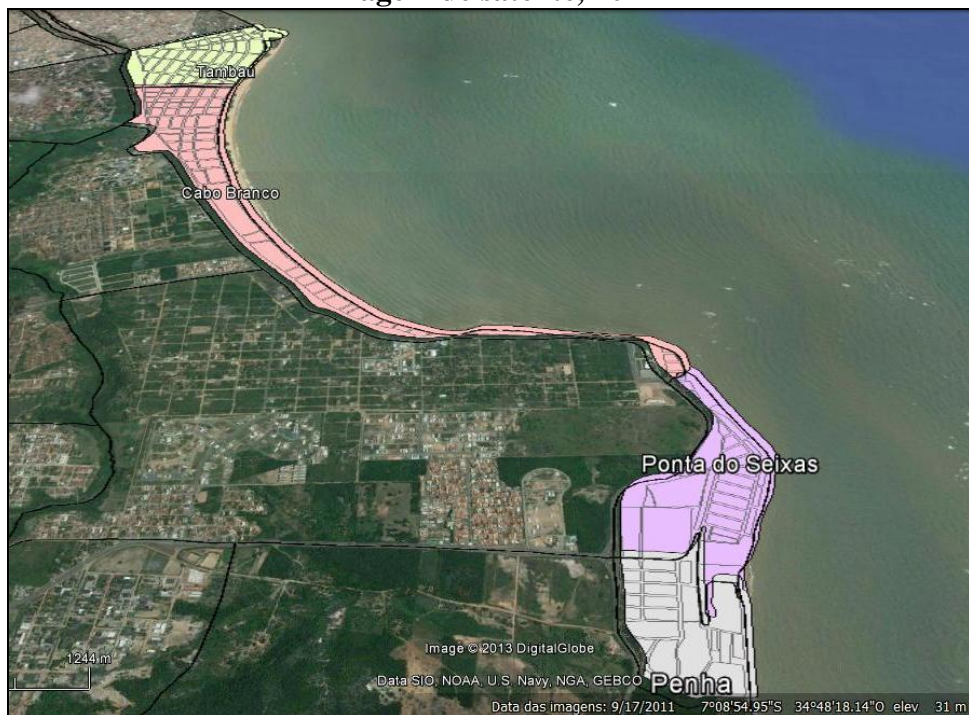
Figura 2 – Sobreposição do mapa dos bairros de João Pessoa, sobre imagem de satélite, 2012



Fonte: Base digital (shape) – SEPLAN/PMJP. Imagem de satélite, Google Earth.

Autora: ALVES, L.A.

Figura 3 - Sobreposição do Mapa dos bairros de João Pessoa com destaque para Tambaú, Cabo Branco, Ponta do Seixas e Penha, sobre imagem de satélite, 2012



Fonte: base digital (shape) - SEPLAN/PMJP. Imagem de satélite: Google Earth.

Autora: ALVES, L. A. (2013).

Há um número incontável de tipos de mercadorias sendo vendidos nas praias, assim como serviços oferecidos. Mas em períodos de grande afluxo de banhistas, turistas ou locais, essa variedade aumenta consideravelmente, assim como aumenta o número de ambulantes. Os artigos comercializados são complementares da atividade de lazer de que a praia é centro. O foco de nossa pesquisa está localizado no trabalhador ambulante, mas pudemos perceber a procura dos mesmos pelos usuários da praia. Por isso mesmo, eles estão sempre andando pelas areias ou pelo calçadão, em busca do possível freguês.

O uso desses espaços, as praias urbanas, está condicionado a interesses diversos, dentre eles o interesse de caráter turístico e o da indústria da construção. A apropriação feita pelo trabalhador informal ambulante se dá mediante a sua necessidade de usar este espaço para obter renda; em geral, esta é a única forma de sustento familiar. Por concentrar interesses diversos e muitas vezes antagônicos, é necessário entender a cidade, enquanto um “campo privilegiado de luta de classes” (CARLOS, 2005, p. 26).

1.3 A cidade

O surgimento das cidades teve como primeira condição, a fixação do homem à terra, segundo Spósito, M. E. (2000) foi: “através do desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, mas faltava a concretização da segunda condição, que é uma organização social mais complexa.” (p. 13). Essa organização social mais complexa que deu lugar à cidade, esta diretamente relacionada à divisão social e territorial do trabalho. A divisão social do trabalho remete às diferentes formas que os homens, ao viverem em sociedades históricas, produzem e reproduzem a vida. Essa divisão propiciou o surgimento das sociedades de classes, estruturadas a partir de hierarquias sociais e em permanente conflito entre si. A divisão social do trabalho também provocou a separação espacial entre as atividades realizadas pelos homens divididos em classes sociais (CARLOS, 2005). Com isso queremos destacar que a divisão do trabalho não é apenas uma separação de atividades que visa o incremento da produtividade e a especialização do trabalho humano, mas é também um instrumento de alienação e dominação. Da separação entre as atividades dos homens, surge a separação entre cidade e campo. Podemos afirmar que a relação campo-cidade é a expressão espacial da divisão do trabalho, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Já que, na realidade concreta, expressa no processo de produção do espaço geográfico, campo e cidade nunca existiram de forma separada. É a própria relação entre espaços específicos, o campo e a

cidade, que mostra sua unidade contraditória, onde um tem a condição de realização do outro. Segundo Marx (2007):

A maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre a cidade e o campo. A oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até nossos dias. [...] A existência da cidade implica ao mesmo tempo a necessidade da administração, da polícia, dos impostos etc., em uma palavra, a necessidade da organização comunitária e, portanto, da política em geral. Foi então que surgiu pela primeira vez a divisão da população em duas grandes classes, divisão essa que repousa diretamente sobre a divisão do trabalho e os instrumentos de produção. A cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento e a dispersão. (p. 55).

Ainda quanto à relação campo-cidade, a análise geográfica realizada por Menezes (2010) e que auxilia nosso estudo sobre o tema, baseia-se nas características que fundamentam esta relação: “(1) campo-cidade como par dialético; (2) campo-cidade como necessidade do capital; (3) a relação campo-cidade como inscrita no movimento contraditório e combinado do capitalismo.” (p. 4). Essencial na divisão do trabalho é a imposição de “cisão e alienação como forma de controle”. Resulta dessa imposição, a compreensão de que a cidade representaria o urbano moderno, e o campo, o rural pobre e atrasado.

Esta transformação está muito mais relacionada às relações sociais e de dominação, do que meramente aos aspectos de ordem econômica (SPÓSITO, 2000). A vida é o cerne que move a humanidade ao trabalho, ou seja, sua produção/reprodução. A natureza das relações de produção é quem normaliza os ditames deste processo, e nas palavras de Moreira (2009): “o modo de produção do capitalismo tem uma forma própria de fazê-lo.” (p. 69). De acordo com Carlos (2005):

O desenvolvimento histórico a partir da unidade dialética homem-natureza. Pelo processo de trabalho produz um espaço social, enquanto produto da existência humana, o espaço geográfico é construído no processo de desenvolvimento da sociedade. O processo de reprodução do espaço geográfico é determinado pela reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico-social. É na associação entre as determinações históricas específicas e as condições gerais do sistema que tal configuração será definida. (p. 29).

A cidade é o lócus principal de reprodução do comércio ambulante, um espaço apropriado pelos trabalhadores ambulantes nas suas práticas cotidianas. Na cidade de João Pessoa, parte destes trabalhadores que comercializam suas mercadorias e serviços nas proximidades das praias, ou nelas, o fazem em condições precárias no seu perambular cotidiano pelas areias e/ou calçadão da orla.

O desenvolvimento da cidade reflete as transformações pelas quais tem passado o mundo do trabalho, em suas desigualdades e o trabalho informal ambulante nas praias de João Pessoa as evidencia, na forma da precarização do trabalho. O espraçamento da informalidade é parte da “lógica de processos de urbanização em áreas sob a dominância do capitalismo dependente, pois aí ele se integra ao setor formal.” (RODRIGUEZ, 1980, p. 14). Segundo Fernandes (1976), por “capitalismo dependente” podemos entender o processo de formação da sociedade burguesa no Brasil, cuja origem remonta à época colonial. Trata-se da base sobre a qual o capitalismo se desenvolveu no país, no qual cresciam os setores comercial e industrial internamente, e que, ao mesmo tempo, mantinha relação externa, com os países capitalistas centrais, através do complexo agrário-exportador. Este comportamento veio a caracterizar o tipo de capitalismo desenvolvido no país e que prevalece até os dias de hoje.

A maior evidência do franco estabelecimento da informalidade na cidade – e de sua precarização – é a criação dos chamados “camelódromos”⁴, sob a chancela do poder público municipal, como é o caso do Shopping Centro Terceirão, no Centro de João Pessoa, Figuras 3 e 4. A informalidade ocorre por cada vez mais espaços, a ponto de nem sempre enxergarmos até onde vai. Segundo Costa (1989), “quando alguns fenômenos urbanos ocorrem, definindo, invadindo ou alterando espaços (ou lugares), os limites entre os agentes de tais fenômenos e os espaços por estes definidos, enquanto causa e efeito, tornam-se difusos, permeiam-se.” (p. 15).

⁴ Chamamos de “camelódromo”, aos espaços de comercialização de mercadorias, em geral cedido e administrado por órgão do poder municipal, que teoricamente tem por objetivo ser uma alternativa para o trabalhador informal que não tem ponto fixo. Em João Pessoa, são exemplos de camelódromos, o “Shopping Centro Terceirão” e o “Centro Comercial de Passagem”, ambos no Centro da capital.

Figura 4 – Fachada do Shopping Centro Terceirão



Principal centro de comércio informal da cidade, o Terceirão fica localizado no bairro do Centro.

Fonte: Redação, Jornal PB Agora (2011).

Figura 5 – Corredor e boxes do Shopping Centro Terceirão



No Terceirão, é muito comum encontrar vários boxes onde são comercializados os mesmos produtos, o que tende a acirrar uma relação de concorrência entre os vendedores.

Fonte: CUNHA, Jornal da Paraíba (2012).

As praias de Tambaú e Cabo Branco são as mais famosas do estado da Paraíba, e concentram os investimentos que revestem a paisagem de propriedades mercadológicas; o turismo e os empreendimentos imobiliários em residências de alto padrão se concentram

nesses espaços urbanos. Já as praias de Seixas e Penha apresentam diferenças, ainda que também estejam sujeitas às demandas do mercado. São praias populares, onde comunidades de pescadores sobrevivem em meio às investidas do capital imobiliário, este sob o amparo do poder público, que vem investindo na localidade no sentido de uniformizar este espaço, seguindo as determinações dos investidores particulares. Nas Figuras 6 e 7, podemos perceber a diferença de infraestrutura turística entre as praias de Cabo Branco e Seixas.

Figura 6 - Quiosque na praia do Cabo Branco, João Pessoa, 2012



A imagem mostra um dos quiosques na orla do Cabo Branco, padronizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Ao fundo podemos observar o avanço da verticalização do Altiplano Cabo Branco.

Autora: ALVES, L. A., Trabalho de campo, janeiro de 2012.

Figura 7 - Quiosques na praia do Seixas, João Pessoa, 2012



A imagem mostra as barracas construídas sobre a camada friável da falésia, com materiais simples, infraestrutura de acesso precária e sem padronização. Todavia, com significativo número de frequentadores e clientes.

Autora: ALVES, L. A. Trabalho de campo, janeiro de 2012.

Os discursos do poder público tipificam sinteticamente a paisagem local, para de maneira propagandística caracterizar o chamado “potencial turístico” da cidade de João Pessoa. Neste sentido, a população residente é tratada de maneira estereotipada. Para Leandro (2006), na sua obra sobre atividade turística em João Pessoa: “Os pobres ou trabalhadores são considerados elementos de culturas exóticas, força de trabalho necessária à atividade turística (trabalhador/ambulante)”. (p.15).

A urbanização turística de João Pessoa, conforme nos esclarece este autor pode ser considerada incipiente se comparada ao caso da cidade de Natal, por exemplo. Em João Pessoa, um fator de forte influência foi a construção da Avenida Litorânea na década de 1980, que acentuou a tendência de concentração de equipamentos e serviços turísticos nessa área. Condomínios de luxo, hotéis, restaurantes, quiosques etc., têm a paisagem litorânea como atrativo principal. A Avenida Litorânea, conforme podemos visualizar na Figura 8, começa no município vizinho de Cabedelo, na porção ao norte de João Pessoa, e articulando-se com as ruas dos bairros que atravessa – Poço e Intermares em Cabedelo, Bessa, Manaíra, Tambaú (Av. Tamandaré e N. S. dos Navegantes), Cabo Branco (Av. Marcionila da Conceição e Cabo Branco) – se estendendo do Farol do Cabo Branco até o rio Cuiá, que desemboca no bairro de Costa do Sol, ao sul do bairro da Penha.

novo uso, expresso em linguagem característica e organizado segundo regras próprias” (p. 24).

1.4 Processo histórico de formação do espaço urbano de João Pessoa

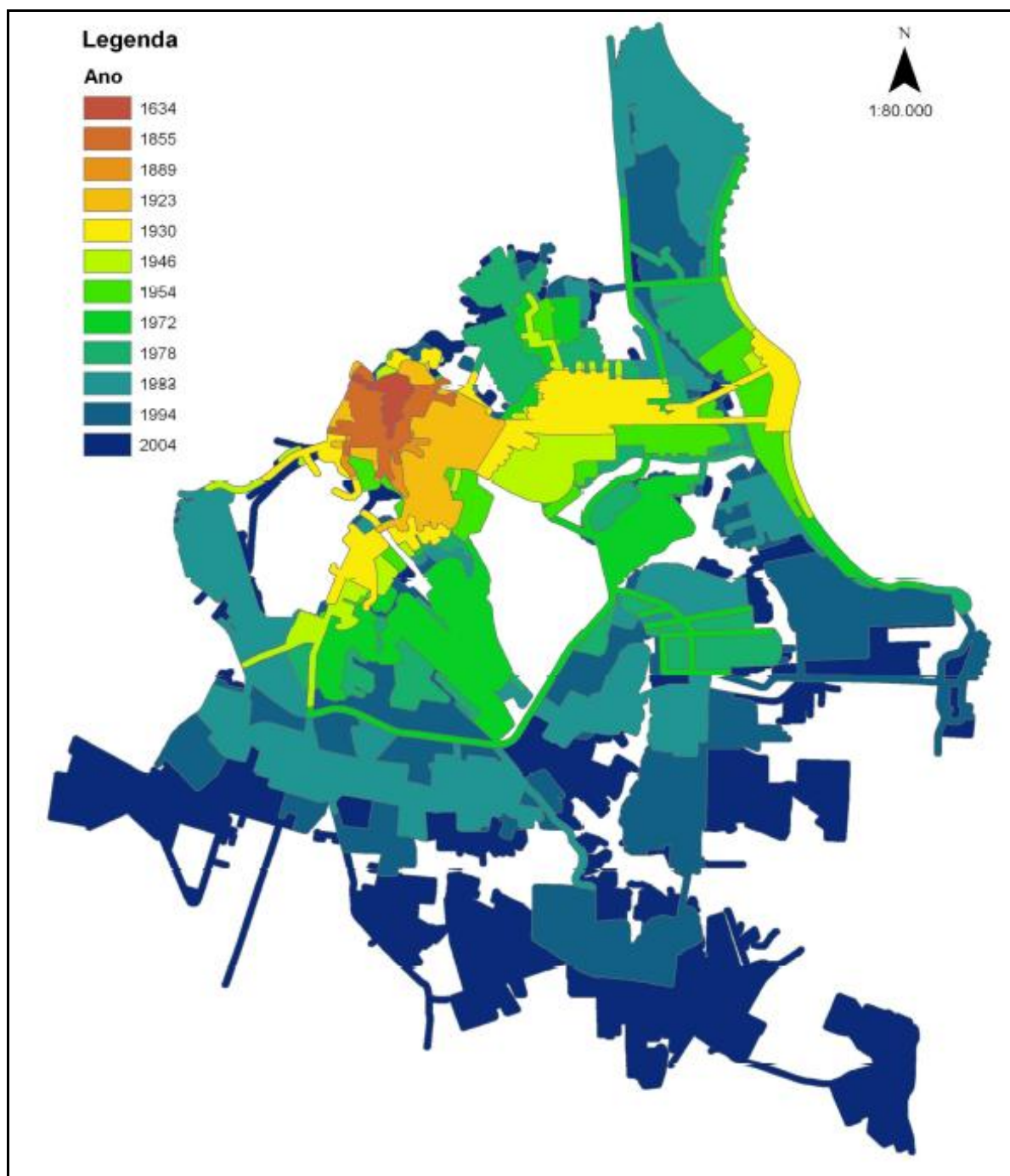
Iniciamos nossa análise do processo de formação do espaço urbano de João Pessoa, propondo um breve resgate da história do desenvolvimento da cidade. Fundada em 1585, a sede da Capitania de Paraíba, chamada então de Nossa Senhora das Neves, era explorada massivamente pela administração da coroa portuguesa. A fundação da Cidade de Nossa Senhora das Neves, hoje João Pessoa, acompanhou as características de fundação de todas as outras cidades e vilas fundadas à época no Brasil, onde as preocupações políticas e econômicas da metrópole colonizadora portuguesa, determinariam como se daria o desenvolvimento destas cidades. Tratava-se de um território cobiçado por ingleses, holandeses e franceses, o que tornava o povoamento fundamental do ponto de vista da manutenção das terras conquistadas. No tocante à economia, com a fundação dos engenhos, solidificou-se na colônia, a produção açucareira para o mercado europeu, o que veio a desenvolver-se por todo o século XVI (RODRIGUEZ, 1980).

A autora ressalta que nenhum outro tipo de produção era autorizado na Capitania da Paraíba, e o nível de exploração era vasto. Após períodos de considerável crise pelo fato de as taxas cobradas pela Coroa Portuguesa serem altas e a Capitania não ter como pagá-las, o que acarretou inclusive na perda da autonomia e anexação à Capitania de Pernambuco, no período entre 1776 e 1799, finalmente a Paraíba reconquistou sua independência jurisdicional e tributária, retomando a sua organização econômica.

No período a partir de 1808 a colônia passou por diversas transformações, uma vez que o sistema colonial se encontrava em colapso. Instaurou-se um período de crise açucareira no nordeste, em função do surgimento de novos centros produtores de açúcar. O poder de decisão sobre o lucro colonial agora pertencia não mais aos senhores de engenho, mas sim, aos mercadores, ao capital comercial (RODRIGUEZ, 1980, p. 48).

A configuração da cidade seguia um padrão de centralização e controle característicos de uma colônia, ou seja, baseado na defesa do núcleo. A partir do núcleo, e lentamente, foram se formando outros assentamentos urbanos no seu entorno. O Mapa 2 apresenta a expansão urbana pela qual a cidade de João Pessoa passou, desde o ano de 1634, indicando o sentido desta expansão, a partir do centro.

Mapa 2 - Evolução da área urbana de João Pessoa de 1634 a 2004



A urbanização de João Pessoa deu-se a partir do bairro do Centro, destacado em vermelho no mapa, espalhando-se de forma periférica, e em sentido à praia tendo como colaboradora deste último feito, a construção da Avenida Litorânea, no final da década de 1980.

Fonte: OLIVEIRA, 2006.

A população, eminentemente rural, passou a mudar-se para a cidade em função da crise do açúcar, neste momento inclusive em que acontecia a abolição da escravatura. A

população da capital, então, sofreu neste período um crescimento muito acelerado, como podemos observar na Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução da população urbana e perímetro urbano de João Pessoa (1634-2004)

Ano	Perímetro Urbano (km)	Área (km ²)	População
1634	4,34	0,46	-
1855	10,52	1,86	20.099
1889	12,26	2,14	18.645
1923	14,81	5,06	52.990
1930	48,72	10,72	73.661
1946	69,90	14,45	106.828
1954	67,05	18,23	136.200
1972	136,54	29,01	221.546
1978	135,31	38,05	308.303
1983	187,07	58,68	395.060
1994	182,35	80,32	549.363
2004	253,68	110,61	649.410

Fonte: OLIVEIRA (2006). Adaptação: ALVES, L.A, 2013.

Durante o período entre 1885 e 1923, lembra-nos Rodriguez, houve pouco avanço da cidade de João Pessoa, muito em função da crise instaurada dessa vez pela 1ª Grande Guerra, em 1914, o que afetou drasticamente a economia do estado, uma vez que o algodão, principal produto de exportação, já não podia ser comercializado externamente. O desenvolvimento também foi afetado por frequentes crises de caráter político. (1980, p. 50-51).

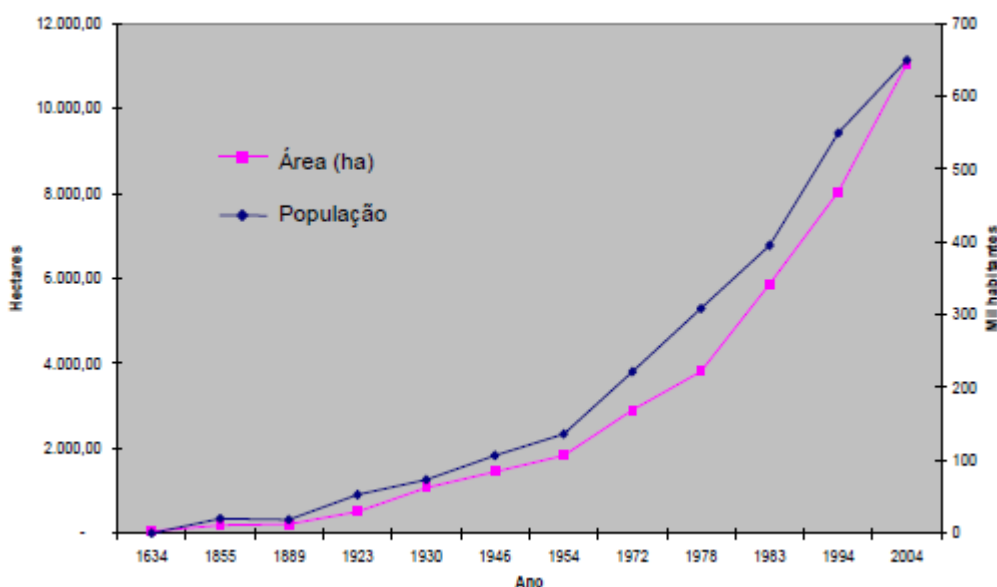
As transformações políticas que vieram a desencadear na Revolução de 1930 acabaram por trazer um novo impulso ao desenvolvimento da vida urbana de João Pessoa, cuja postura frente à Revolução fora bem vista pelo movimento. Isso acarretou investimentos e provisão de verbas federais para o estado. Em 1940 foi construída a Avenida Eptácio Pessoa, uma das transformações mais importantes do ponto de vista da urbanização de João Pessoa. A Avenida Eptácio Pessoa acabou por, literalmente, fazer com que a população seguisse em direção ao mar, influenciando, inclusive, na opção de moradia nos terrenos

próximos às praias, antes exclusivamente para uso de veraneio, tendência esta que prevalece até os dias de hoje.

Quanto à economia nacional, a autora afirma que no período, estabelecia-se uma consolidação da centralização do poder e do capital na região sudeste do país, espacializando-se de maneira destrutiva em relação às economias regionais, em que “esse movimento dialético destroi para concentrar-se, e, capta o excedente das outras regiões para centralizar o capital” (RODRIGUEZ, 1980, p. 54). Esta foi a maneira com que o sistema capitalista expandiu-se pelo país, acentuando as desigualdades regionais, fazendo com que o nordeste exercesse uma função secundária na economia nacional, além de provocar uma “proletarização e a pecuarização dos seus campos, expulsando os nordestinos para as cidades, transformando a região nordeste em reserva de força de trabalho” (p. 55).

Neste momento, João Pessoa passou a apresentar um momento propício ao desenvolvimento urbano, a partir da fundação, em 1955, da Universidade Federal da Paraíba, causando grande efeito nas transformações demográficas e espaciais do estado. Pode-se observar, com o auxílio do Gráfico 1, o significativo aumento da população de João Pessoa no período entre 1954 e 1972.

Gráfico 1 – Evolução da área e da população do município de João Pessoa



Fonte: OLIVEIRA (2006).

Esta reflexão do conteúdo histórico específico da urbanização de João Pessoa, tem por objetivo apresentar em que contexto compôs-se o espaço urbano que trazemos em nossa análise. Segundo Rodriguez (1980):

Achamos ainda oportuno lembrar que a Grande João Pessoa não poderia, evidentemente, deixar de refletir os caracteres próprios das áreas que estão sob a égide do capitalismo monopolista, ao lado das evidências da dependência brasileira ao capital internacional.

Com efeito, a lógica do sistema capitalista mantém certas condições que vão garantir um determinado padrão de relações de produção, sob o comportamento dialético, diante da constante reposição dos pressupostos que alimentam esse modo de produção. (p. 62).

Consideramos fundamental em nossa análise do espaço urbano em João Pessoa, destacar as mudanças de ordem econômica, social e cultural pelas quais passou a cidade desde a sua formação, mudanças estas que implicaram um desenvolvimento socioespacial marcado pelas características próprias de uma sociedade capitalista. Queremos destacar com isto que a cidade é a expressão máxima do modo de produção capitalista. Como coloca Rodriguez (1980), a urbanização pela qual passou esta cidade foi produzida, e podemos afirmar que continua sendo, para atender às demandas da acumulação de capital, característica do processo de expansão capitalista dos países dependentes. Segundo esta autora, trata-se de um processo que, em João Pessoa, provocou um esvaziamento econômico da cidade, bem como a deterioração da qualidade de vida dos habitantes. Daí a importância de se considerar o estudo de uma cidade para além da paisagem, para além do caráter estático atribuído ao espaço, ou seja, de levarmos em consideração os desdobramentos das relações sociais, que através da história fizeram com que a cidade apresentasse hoje esta configuração social.

De acordo com Lima (2012):

A opção brasileira por um modelo econômico associado ao capital internacional e dele dependente revelou-se desastrosa. Do Governo Vargas ao de Fernando Henrique Cardoso, em proporções diferentes, a tônica era a de contração de empréstimos junto às instituições credoras internacionais para o financiamento dos respectivos projetos governamentais. Sendo assim, o processo de modernização econômica conservadora no qual o Brasil embarcou a partir dos anos 1930 produziu uma realidade extremamente contraditória: de um lado, o país atingia, nos idos dos anos 1970, a condição de sétima maior economia do mundo e, de outro, as condições sociais mais urgentes. Questões sociais (como a reforma agrária, entre outras) foram simplesmente ignoradas pelos sucessivos governos ou foram dificultadas enormemente por interesses contrários que partiam das elites do país. (p. 22).

A crise socioeconômica que seguiu aos ilusórios anos de crescimento econômico teve proporções avassaladoras e seus desdobramentos ganham forma na cidade. Altos índices inflacionários, grande desemprego, aumento do déficit habitacional, apenas para listar alguns

dos problemas que nos trazem consequências nefastas, ainda nos dias de hoje, agudizando os problemas próprios de uma sociedade dividida em classes. Segundo Carlos (2005), à cidade é atribuído o papel de produto de uma sociedade dividida em classes e palco privilegiado das lutas de classe:

O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como o palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes. (p. 23).

Na complexidade do espaço urbano da cidade de João Pessoa, as praias que compõem objetivamente nossa área de pesquisa, Tambaú, Cabo Branco, Seixas e Penha, têm uma representatividade importante sobre o que analisamos, ou seja, o trabalho informal, expresso especificamente pelos trabalhadores ambulantes que trabalham percorrendo esta localidade. Trata-se de praias muito frequentadas para as atividades de turismo e lazer, e ao longo das quais se formaram bairros de população em geral de alto poder aquisitivo. Apenas estas duas dimensões, ou seja, o espaço apropriado pela atividade ligada ao lazer, bem como a questão do valor do solo urbano, já nos fornecem inúmeros elementos que ilustram a importância do espaço geográfico no estudo da relação do homem com o meio, através do trabalho.

CAPÍTULO 2

TRABALHADORES INFORMAIS AMBULANTES E TRAJETOS ESPACIAIS EM JOÃO PESSOA

Neste capítulo trataremos, a partir da análise das informações coletadas durante nossos trabalhos de campo, apresentar uma reflexão sobre o cotidiano espacial dos trabalhadores informais ambulantes na orla de João Pessoa. Para tal, utilizamo-nos dos resultados provenientes da pesquisa realizada no ano de 2011, ao longo de 20 saídas a campo. Destacamos aqui, números que por vezes vieram a confirmar o que nossas leituras sugeriam sobre a realidade da informalidade nas ruas, e também minúcias das informações que os escassos números oficiais das da informalidade não nos têm permitido enxergar. A percepção da vida destes trabalhadores, atrelada a sua atividade de trabalho, pôde nos mostrar minúcias de sua relação com a cidade, através de dados que suplantam as inferências baseadas em prognósticos econômicos governamentais.

2.1 Trabalho e informalidade

Temos consciência de que esse sujeito, o trabalhador informal ambulante, e sua condição de informalidade são históricos e, portanto, produtos culturais anteriores à nossa sociabilidade, nos referimos à engendrada sob a forma histórica capitalista (YÁZIGI, 2000). Todavia, o trabalhador informal de que tratamos em nossa pesquisa, é sim parte dessa sociedade e é, aliás, um símbolo claro da tendência de diminuição da oferta de emprego, pela qual o Brasil tem passado, desde a década de 1970, tendo esta tendência sido agravada pelo franco processo de reestruturação produtiva vivenciado, principalmente, a partir da década de 1990. A liberalização mercantil adotada pelo governo brasileiro na chamada “Era Collor”, teve consequências nefastas no tocante à criação de novos postos de trabalho formal ou mesmo manutenção dos mesmos, como destaca Malaguti (2000):

Em uma economia subdesenvolvida, a abertura comercial, sem controle da inflação, conduz apenas a um processo de falências, absorções e fusões empresariais, incentivando uma crescente monopolização do parque produtivo instalado no país. Neste contexto, boa parte do valor do capital produtivo das empresas não-monopolistas dirige-se para o mercado financeiro, evitando riscos desnecessários em projetos de médio ou longo prazos (investimentos). As unidades monopolistas, por sua vez, retardam a

modernização de seus equipamentos, o progresso tecnológico e os novos investimentos. Além disso, com a monopolização crescente da economia, o próprio Estado vê enfraquecidas suas possibilidades de intervir nos mecanismos de mercado e sustentar uma demanda e uma acumulação declinantes. Com um mercado consumidor retraído pelo a) processo de falências – desemprego, desinvestimento produtivo, maiores prazos de renovação dos equipamentos, inibição das receitas fiscais e tributárias etc. – e pelos reflexos de uma b) progressiva monopolização de seus principais setores, a economia tende a estagnar. (p. 26-27).

A partir desta tendência de monopolização da economia, aqueles que representam a grande parte da população considerada de maior vulnerabilidade social, que apresenta baixa escolaridade, ou que estão entre aqueles que o mercado de trabalho já não tem interesse, por serem considerados velhos para o trabalho formal, representam a parcela mais sensível da sociedade. E é neste momento que o trabalho informal mostra-se, muitas vezes, como único meio de se obter renda. Buscam, então, realizar uma atividade da qual possam dar conta sozinhos, e um espaço livre onde possam exercer o trabalho, e é aí que a praia surge como possibilidade.

O desemprego tecnológico e estrutural, fruto das alterações da ordem neoliberal impostas ao país, principalmente a partir da década de 1990, bem como a exclusão social e a precarização do trabalho têm relação direta com a informalização do trabalho que hoje se mostra tão evidente. Segundo Conserva e Araújo (2008), “a crise dos modelos nacional e desenvolvimentista em geral legou enormes bolsões de informalidade e miséria metropolitana, avolumando estruturalmente o fenômeno da informalidade e da exclusão” (p. 76).

E no que se refere às modificações de ordem socioeconômica no país no referido período, Antunes (2005) afirma que:

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (p. 165).

O crescimento da informalidade no Brasil está diretamente ligado ao processo de reestruturação produtiva, que é parte das políticas neoliberais, por isso tem características diferentes do que tínhamos como atividades autônomas anteriormente. Ou seja, a autonomia hoje é determinada pelas condicionantes do circuito capitalista de produção e se dá na dependência e subordinada aos trâmites do setor formal. Não por acaso, este fenômeno de

intenso espraiamento das atividades informais de trabalho se torna muito mais visível a partir dos anos de 1990. De acordo com Ramos (2002), o aumento das relações informais de trabalho é uma das características marcantes deste período de significativas alterações no cenário econômico brasileiro. A mudança da composição setorial do emprego (expansão do setor de serviços e retração do setor industrial) também pode ajudar a explicar o significativo aumento da informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

2.2 O trabalho e os trabalhadores informais ambulantes das praias de João Pessoa

A variedade de produtos e serviços comercializados nas praias acompanha as necessidades próprias de uma “cultura praiana”, intrinsecamente vinculada à cultura do lazer. A venda de gêneros alimentícios divide as areias e o calçadão com a venda de acessórios e também a oferta de serviços diversos. Na Tabela 3, apresentamos os produtos e serviços que levantamos com os trabalhadores informais ambulantes que entrevistados.

Tabela 3 - Produtos/serviços comercializados nas praias pelos trabalhadores ambulantes entrevistados

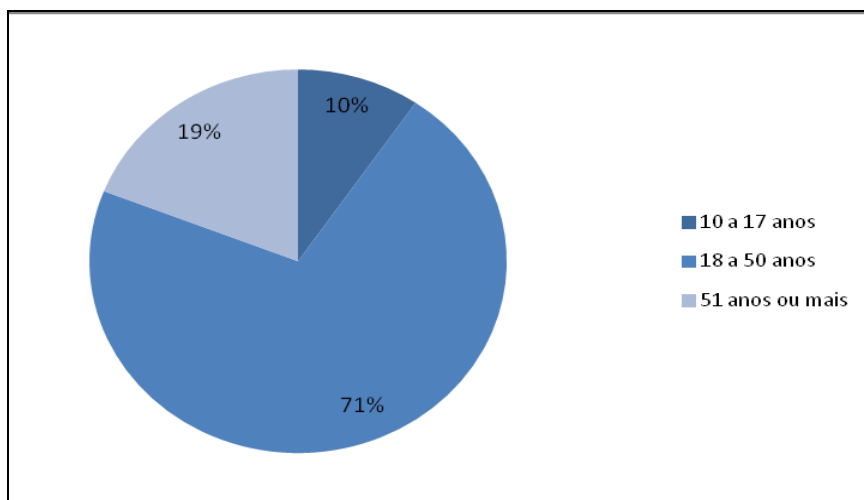
Produto/Serviço	Quantidade de trabalhadores que comercializam este produto/serviço	Produto/Serviço	Quantidade de trabalhadores que comercializam este produto/serviço
Água de coco (in natura)	17	Pipa	2
Refrigerante em lata	15	Pipoca	2
Água mineral	11	Salgados	2
Cerveja	11	"Cremosinn"	1
Amendoim	10	Aluga infláveis	1
Castanha-de-caju	9	Aluga patins	1
Picolé	9	Aluga triciclo elétrico infantil	1

"Garrafinha"	8	Bobó de camarão	1
Ovo de codorna	7	Bolas de borracha	1
Artesanato	6	Bolo	1
Vestidos	6	Cachorro-quente	1
CD e DVD pirata	5	Camarão assado	1
Chapéu, boné	5	Caneta e adesivo	1
Óculos de sol	5	CD original	1
Bolsas	4	Chinelos decorados	1
Bronzeador, amônia	4	Cocada	1
Canga	4	Coquetel de fruta	1
Doces (bala, chiclete)	4	Faz tatuagem de henna	1
Trufas	4	Pífano	1
"Espetinho"	3	Prendedor de cabelo	1
Aluga cadeiras e guarda-sóis	3	Salada de fruta	1
Brinquedos	3	Salgadinho de milho	1
Algodão doce	2	Suco	1
Cachaça	2		

Fonte: ALVES, L. A., Trabalho de campo, 2011.

Quanto à faixa etária dos trabalhadores, podemos verificar a maior proporção de trabalhadores entre os 18 e 50 anos de idade, conforme mostra Gráfico 2:

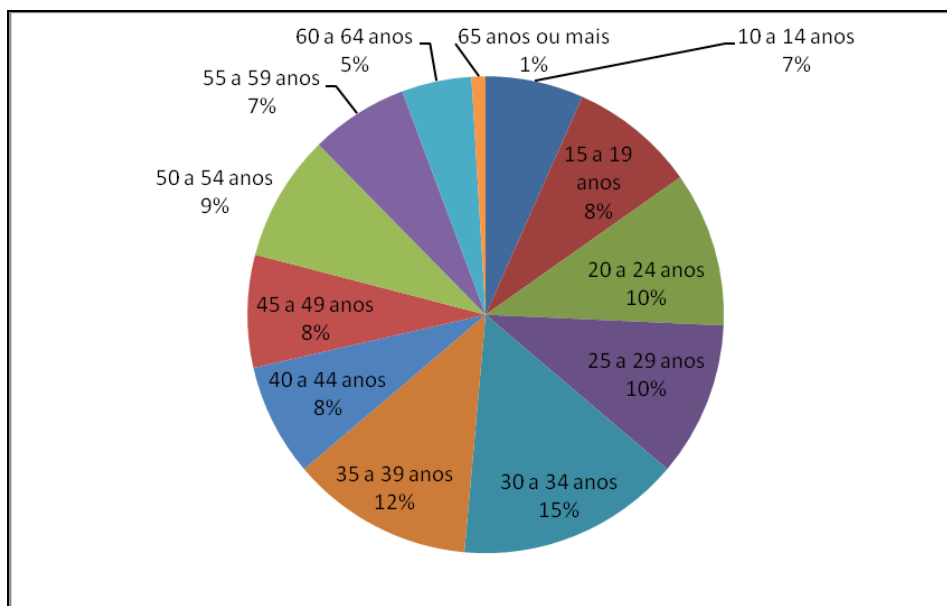
Gráfico 2 – Grupos etários dos trabalhadores/as informais ambulantes na orla de João Pessoa, 2011



Fonte: ALVES, L. A. Trabalho de campo, 2011.

Para fins de compreensão mais detalhada da distribuição das idades entre os trabalhadores ambulantes entrevistados, elaboramos o Gráfico 3. Nele destaca-se o grupo de adultos que compreende 15% dos entrevistados, entre 30 e 34 anos.

Gráfico 3 - Faixa etária dos trabalhadores/as informais ambulantes



Fonte: ALVES, L.A. Trabalho de campo, 2011.

O fato de um número significativo destes trabalhadores terem entre 20 e 39 anos de idade chama a nossa atenção, pois se trata de uma população em um período da vida em que a

vinculação ao mercado de trabalho formal é mais comum. Os motivos que levaram estes trabalhadores a começarem a exercer esta atividade são de origem diversa. Desde o intuito de conseguir, por um tempo determinado, uma quantia de dinheiro para montar o próprio negócio, até a procura por uma “distração” durante o dia, depois da aposentadoria. Mas, sem sombra de dúvida, as justificativas que apontam a informalidade como forma de reprodução desses trabalhadores, remetem, em sua imensa maioria, a situações pós-demissão e/ou à falta de oportunidades no mercado de trabalho formal. Esta falta de oportunidades, em algumas situações, está relacionada ao fato de o mercado de trabalho fechar as portas aos trabalhadores com mais de 40 anos de idade.

Os trabalhadores informais fazem parte da chamada População Economicamente Ativa (PEA), classificação elaborada pelo IBGE, e que, segundo o qual “compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada”. (IBGE, 2012). Quanto à população ocupada, o instituto assim classifica:

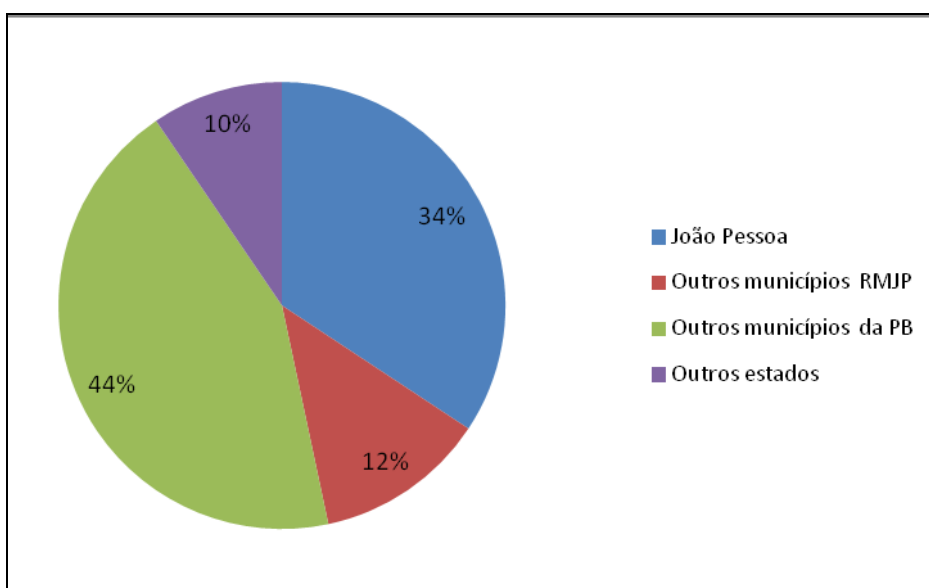
- a. Empregados – aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário etc.). (...) Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.
- b. Conta Própria – aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.
- c. Empregadores – aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.
- d. Não Remunerados – aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário. (IBGE, 2012).

Outro dos motivos desses trabalhadores estarem na informalidade é o fato de terem abandonado ou terem sido demitidos de seus empregos por questões de saúde. Nesta situação estão alguns ex-trabalhadores da construção civil e ex-empregadas domésticas, que já trabalhavam na informalidade, desprotegidos dos direitos trabalhistas. O fato de serem trabalhadores sem vínculo empregatício formal que lhes garantisse a proteção necessária diante problemas de saúde advindos das suas atividades laborais, quando estes problemas surgiram eles ficaram desempregados. É o caso do Sr. M., de 37 anos, que após sofrer uma lesão na coluna, devido aos esforços repetitivos que a sua função como – ajudante de pedreiro - requeria, foi demitido. Por não ser um trabalhador “formal”, o Sr. M. não teve direito à aposentadoria por invalidez. O trabalho como vendedor ambulante foi a forma que encontrou

para poder garantir a sua sobrevivência e da sua família. É nessa atividade que há seis anos, todos os dias da semana, o Sr. M. vende água de coco, refrigerante e cerveja na orla de João Pessoa. O fato de a atividade anterior também ser informal e as condições precárias do trabalho que desenvolvia aponta também a necessidade de se questionar em que condições e que tipos de trabalhos expõem a saúde do trabalhador a riscos, seja pelo nível de desgaste ou riscos da atividade, seja pelo número excessivo de horas trabalhadas.

O Sr. M. é natural de Araruna, ao norte da Paraíba, na divisa com o Rio Grande do Norte, todavia constatamos durante a pesquisa que a maioria dos trabalhadores informais ambulantes entrevistados também nasceu em municípios que não fazem parte da região Metropolitana de João Pessoa⁵; ao todo, os trabalhadores são originários de 26 municípios paraibanos. No entanto, quando considerados os municípios individualmente, predominam os trabalhadores que nasceram em João Pessoa, somando 34% dos entrevistados como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Origem dos trabalhadores/as informais ambulantes

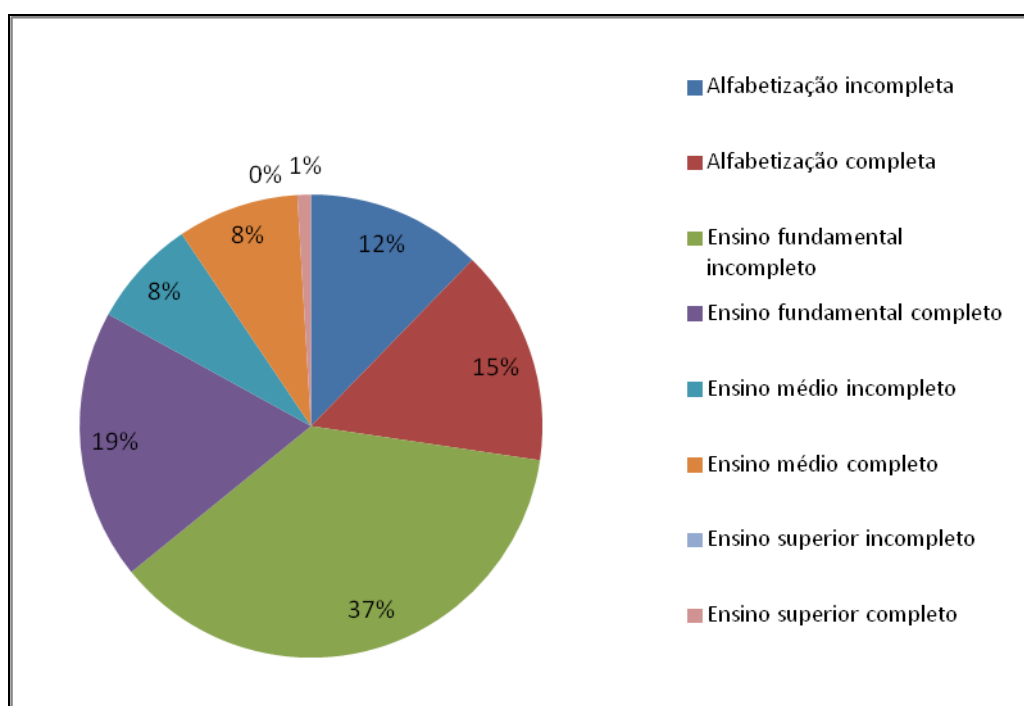


Fonte: ALVES, L. A. Trabalho de campo, 2011.

⁵ A Região Metropolitana de João Pessoa – RMJP – é composta atualmente pelos municípios de Pedras de Fogo, Bayeux, Cabedelo, Conde, Cruz do Espírito Santo, João Pessoa, Lucena, Mamanguape, Rio Tinto, Santa Rita, Alhandra, Caaporã e Pitimbu. (IBGE).

Outra característica fundamental para avaliação das condições socioeconômicas do trabalhador informal ambulante é seu grau de escolaridade. Como podemos acompanhar no Gráfico 5, também esta informação é caracterizada pela variedade de resultados, pois nem todos os trabalhadores/as informais ambulantes foram impedidos de estudar, alguns escolheram este trabalho por vontade, e não necessariamente por necessidade, mas prevalece uma realidade em que a maioria dos/as trabalhadores/as pesquisados não terminaram o ensino fundamental.

Gráfico 5 – Grau de escolaridade dos trabalhadores/as informais ambulantes de João Pessoa, 2011



Fonte: ALVES, L. A. Trabalho de Campo, 2011.

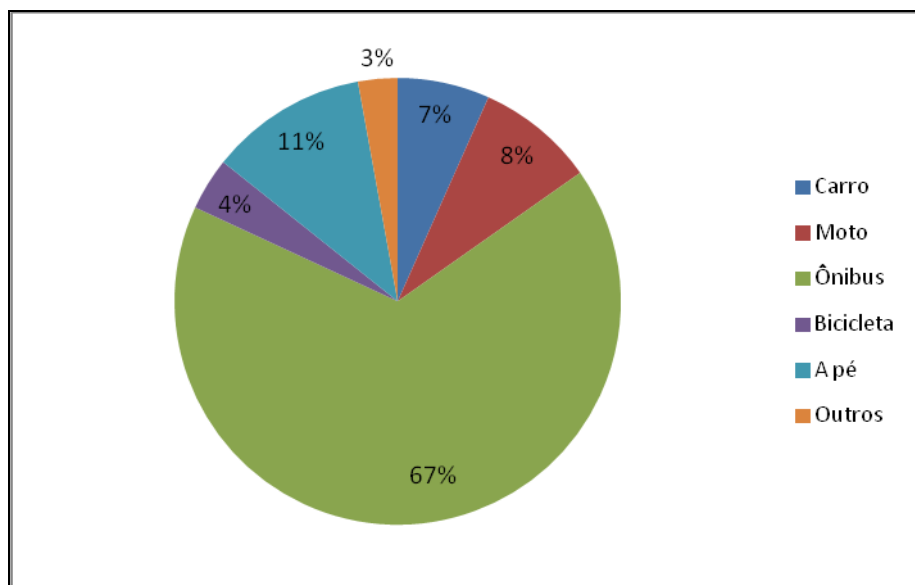
Segundo publicação do IPEA, a Paraíba está entre os estados brasileiros com a maior taxa de analfabetismo, perdendo apenas para os estados de Alagoas e Piauí. Em relação à média nacional, a Paraíba apresentou melhoras relativas entre 2001 e 2009, porém precisa avançar muito para atingir a média nacional que, em 2009, foi de 9,7% enquanto na Paraíba foi de 21,6%. Este é um fator de extrema importância, que tem rebatimento direto na qualidade de vida e condições socioeconômicas da população.

Alguns trabalhadores que entrevistamos afirmaram que tiveram que deixar os estudos para se dedicar ao trabalho, e nunca conseguiram voltar. É o caso de J., de 16 anos, natural e morador de Sapé, e que está acompanhando o tio na venda de vestidos de praia. J. percorre as

areias e o calçadão de Tambá e Cabo Branco nos finais de semana. Ele terminou a alfabetização e não teve condições de dar continuidade os estudos, pois passou a trabalhar na roça com os pais, mas pretende voltar a estudar assim que terminar a época das férias, quando então vai usar sua parte no dinheiro levantado com as vendas, para comprar o material escolar.

J. faz parte dos 27% de trabalhadores de nossa pesquisa que possuem apenas a alfabetização completa. Se considerarmos aqueles que não terminaram o ensino fundamental, o percentual sobe para 64% dos trabalhadores entrevistados. É um panorama bastante claro da falta de oportunidade no mercado formal de trabalho, para aqueles com baixo grau de instrução. A informalidade ganha contornos de única alternativa para sobreviver, diferentemente de uma questão de opção apenas. Tanto é, que os trabalhadores/as ambulantes que entrevistamos usam os meios de transporte mais variados possíveis para chegar à praia. J. vem à praia de carro, com seu tio, mas a grande maioria dos trabalhadores/a ambulantes que entrevistamos, vem à praia de ônibus, como podemos verificar no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Meios de transporte utilizados pelos trabalhadores/as ambulantes para irem ao trabalho, João Pessoa, 2011



Fonte: ALVES, L. A. Trabalho de Campo, 2011.

Considerando que alguns dos trabalhadores/as ambulantes trabalham com artigos cujo transporte em ônibus, não é favorável, como o caso daqueles que utilizam carrinhos adaptados para vender água de coco, água mineral, refrigerante, etc., como na Figura 10, questionamos como eles transportavam as mercadorias. A maioria afirmou que conta com a solidariedade de

alguns conhecidos que moram ou trabalham próximos às praias, e que disponibilizam algum espaço para guardar o carrinho. No caso da água de coco, da água mineral, e outras mercadorias, existem caminhões que fornecem os produtos aos ambulantes na praia.

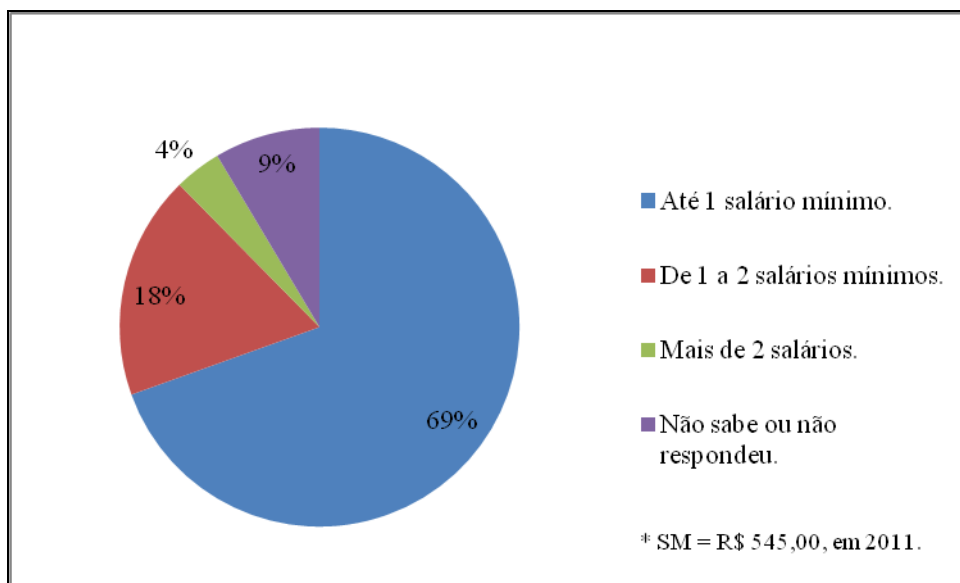
**Figura 9 - Trabalhador ambulante vendendo refrigerantes e cerveja, com auxílio de carrinho adaptado, na praia de Tambaú
João Pessoa, 2011**



Fonte: ALVES, L. A. Trabalho de campo, 2011.

Quanto ao rendimento mensal da atividade informal, nossa pesquisa revelou que apenas 4% destes trabalhadores recebem mais de 2 SM – salários mínimos – considerando o valor do SM do momento da pesquisa, de R\$ 545,00. A grande maioria consegue receber até no máximo 1 SM, conforme podemos verificar no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Valor arrecadado mensalmente pelos trabalhadores informais pesquisados, João Pessoa, 2011



Fonte: ALVES, L. A. Trabalho de Campo, 2011.

Quanto ao Gráfico 7, é importante destacar também que os 9% de trabalhadores que afirmaram não saber o valor que conseguem arrecadar mensalmente na atividade informal, não o sabem em função da instabilidade de rendimentos da própria atividade. As intempéries, os diferentes períodos do ano, em que o afluxo de pessoas nas praias aumenta ou diminui consideravelmente, acaba influenciando as reais possibilidades de ganho, o que torna o planejamento e o controle do saldo financeiro muito dificultado.

2.3 Direito à cidade

Como mostramos, os/as trabalhadores/as informais ambulantes predominantemente usam este espaço, exclusivamente, para fins de trabalho. Em geral, ele não usufrui do lazer que os usuários deste espaço em geral logram. Sua vida particular, os momentos de descanso e lazer são, em geral, vivenciados em seus bairros, distantes da praia. Esta diferenciação do uso e ocupação deste solo lembra-nos da desigualdade predominante da cidade capitalista. Para Rodrigues, mais que direito à cidade, cabe evidenciar a importância do espaço nesta análise, enfocando “a cidade como direito”. Para ela,

A cidade como direito, da mesma forma que outros temas, tem vários significados e conteúdos, o que demonstra a complexidade do processo de urbanização, da produção do

espaço, da reprodução ampliada do capital, das desigualdades sociais, econômicas e socioespaciais. (2007).

No trabalhador informal ambulante em sua rotina diária de trabalho precarizado, podemos perceber o poder segregador da cidade do capital. A praia, símbolo do lazer, para ele, representa trabalho permanente. Seu bairro de residência não tem o mesmo apelo comercial, nem muito menos a mesma valorização “paisagística” da praia, mas é o bairro que lhe é permitido morar. Essa diferenciação entre bairros de trabalho/bairros de residência da população de baixa renda não é acidental, ela faz parte da lógica a que todas as cidades capitalistas estão subordinadas, umas mais outras menos sutilmente. Para Harvey (2011), “essa intrincada geografia física e social tem a marca dos processos sociais e políticos, bem como das lutas ativas que a produziram.” (p. 123). Nas palavras de Carlos (2005):

À sociedade é tirado o direito à cidade. A propriedade privada disciplina o uso – quem não tem acesso à propriedade da terra é invasor – determinando a distribuição das atividades e o acesso ao solo enquanto a polícia “mantém a ordem”. Até os espaços públicos (secretarias de governo, praças, avenidas) são subtraídos à sociedade, na medida em que seu uso é determinado pelas circunstâncias. (p. 86)

A imposição de limites ao uso do espaço público pelo trabalhador informal ambulante, estabelecida à força pelo poder público, está em geral subjugada às determinações dos investidores particulares, o que pode ser facilmente observado na orla pessoense, bem como em todos os espaços onde os trabalhadores informais tentam, a sua maneira, sobreviver.

2.4 Restrições à atividade informal: sociedade e poder público

Cotidianamente, o trabalhador informal ambulante, na realização de sua atividade, divide o espaço com os usuários da praia, outros trabalhadores informais, trabalhadores formais, e representantes do poder público. Mas essa convivência nem sempre é harmoniosa, uma vez que o trabalhador informal muitas vezes é visto como “concorrente desleal” pelo estabelecimento formal, como elemento “desordenador” do espaço pelo poder público, ou como provido de comportamento suspeito, pela sociedade, uma vez que na sociedade atual “o normal” e, portanto, o oficial é ser um trabalhador da formalidade, ou seja, contemplado pelos direitos trabalhistas adquiridos por meio da luta da classe no decorrer da sua história. Fugir do “normal” é correr o risco do preconceito. Porém, o “normal”, muitas vezes, está vinculado a

uma simples relação de fixidade no espaço onde realiza o trabalho; se este é realizado num estabelecimento fixo ou na rua, ocorrem diferentes interpretações ideológicas e legais sobre o mesmo.

Em sua obra, DaMatta (1997) analisa a casa e a rua como categorias sociológicas, ou seja, como estes elementos são classificados e relacionados pela sociedade. Segundo o autor

Quando digo então que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente [...] coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas da ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (1997, p. 8).

A sociedade vê o trabalhador informal ambulante, em muitos casos, como um intruso, um sujeito suspeito, por não estabelecer vínculos com nenhum estabelecimento formalizado. Consideramos tal visão preconceituosa como fruto de um processo de formação social baseado em valores burgueses, que privilegia o status de grande estabelecimento comercial, em detrimento dos pequenos comerciantes. É a mesma sociedade que privilegia o grande exportador do agronegócio em detrimento do agricultor familiar.

Em João Pessoa, a difícil relação dos trabalhadores informais com os órgãos fiscalizadores da PMJP tem estampado as capas dos jornais locais quase diariamente, com notícias de remoções forçadas, confronto violento, e um constante retorno de muitos dos trabalhadores aos espaços que lhes são constantemente negados para exercer seu trabalho. A população tem a opinião dividida entre aqueles que priorizam o ideal ilusório de uma cidade aparentemente organizada, limpa e silenciosa, e para isso defendem a postura muitas vezes autoritária do poder público, e aqueles que sabem da vida limitada pela falta de oportunidade que acomete esses trabalhadores, e defendem ao menos um diálogo, onde as vozes desses trabalhadores possa ser ouvida e levados em consideração seus argumentos.

Sob as determinações da sociedade do capital, o cotidiano urbano banaliza os problemas sociais; a questão do trabalhador ambulante que se sujeita cada vez mais a formas de precarização do trabalho torna-se apenas uma questão a mais; uma aberração tornada normal, comum. E o trabalhador ambulante é mal visto, é prejudicado como uma ameaça à segurança, à ordem, como pode ser verificado na Figura 9. Ao menos é este o discurso mais corrente, já que como coloca Carlos (2005): “As relações coisificadas ocorrem através da

mediação do dinheiro. A cidade continua crescendo, atraindo pessoas, aspirando trabalho, separando indivíduo, gerando conflitos (latentes ou não), criando preconceitos.” (p. 14).

Figura 10 - Trecho de reportagem sobre as ações da Prefeitura contra os ambulantes do Centro de João Pessoa, 2012



Na figura vemos o registro de mais uma ação da PMJP contra os ambulantes, no Centro da cidade, área que concentra grande número de trabalhadores informais.

Fonte: G1 Paraíba, 2012.

2.5 Os trajetos informais

A itinerância do trabalho ambulante extrapola os limites das praias. Afinal, esse trabalhador tem literalmente que ir atrás do potencial consumidor, por isso acontece a sua circulação por outros bairros da cidade. A mobilidade do trabalho informal dos ambulantes entre o local de residência e os espaços apropriados para a sua reprodução foram identificados, o que nos possibilitou a análise não apenas da praia, como parte, senão da cidade como um todo.

O percurso feito pelo trabalhador ambulante, de sua residência até o lugar de trabalho, foi um aspecto que chamou nossa atenção ao longo dos questionários que aplicamos. Dos trabalhadores entrevistados, 98% moram na própria cidade ou Região Metropolitana. Porém, apesar de haver uma diversidade considerável de bairros de residência dos trabalhadores ambulantes, predominam os bairros considerados periféricos da capital, sinal da sua segregação socioespacial.

Para compreendermos os critérios de avaliação socioespacial que utilizamos para classificar a cidade de João Pessoa, baseamo-nos na tese de Pereira (2006), segundo a qual:

A cidade se expande e se reestrutura de acordo com os interesses que a permeiam, estando associada à lógica de produção e reprodução do espaço, sendo este a condição e expressão da produção/reprodução do modo capitalista de produção que favorece a diferenciação socioespacial no interior da cidade, gerando e recriando áreas melhor servidas com meios de consumo coletivo em contraposição a outras que são precariamente atendidas, o que acaba por implicar no padrão e na qualidade de vida dos moradores. (p. 26).

As diferentes condições socioespaciais dos bairros de João Pessoa são facilmente percebidos ao percorrermos a cidade, assim como qualquer outra cidade brasileira. São discrepantes as condições de vida da população entre bairros vizinhos, o que pode ser avaliado pela ausência, precariedade ou presença de equipamentos e serviços urbanos, como são distribuídos pela cidade. Consideramos como critério de análise, a situação de exclusão e inclusão social a que está sujeita a população da cidade.

Cabe destacar a escolha pelo critério de exclusão/inclusão social em nossa análise de maneira socioespacial da cidade. Ainda que este critério “exclusão/inclusão” seja merecedor de um debate mais pormenorizado, uma vez que os trabalhadores estão sim incluídos no espaço urbano de João Pessoa, porém de forma precária, de acordo com as determinações da cidade capitalista, acreditamos que a obra coordenada por Sposati (2010) nos auxilia a mapear socialmente a cidade de João Pessoa, e nela destacamos que:

A discussão sobre a exclusão ou a inclusão social não é consenso. Há diferentes posicionamentos teóricos e analíticos sobre o tema, que estão presentes nos debates em vários contextos, envolvendo desde militantes de movimentos sociais, os mais diversos, até pesquisadores locados em universidades, passando pelos formuladores de políticas públicas atuantes nos órgãos e instituições das prefeituras. É preciso também lembrar as versões de inclusão social nos programas de governo e de partidos políticos. (p. 21).

Essa discussão, segundo a autora, é consequência da inexperiência brasileira em relação à democratização, de fato, das características que confeririam à sua população a situação de inclusão social. O critério no qual se baseou a referida autora para justificar a utilização da avaliação de exclusão/inclusão social, foi o Padrão Básico de Inclusão (PBI), que é “uma forma de simbolizar, no campo quantitativo, uma condição considerada como desejável num dado momento histórico e numa dada realidade como representativa do ponto de partida da inclusão” (SPOSATI, 2010, p. 23). Ou seja, a inclusão social pode ser considerada uma utopia enquanto uma construção histórica ou processual. Os critérios que formam o PBI, ou utopias de inclusão são: autonomia, desenvolvimento humano, equidade e qualidade de vida. Conforme afirma a autora,

O conceito de autonomia é compreendido [...] como a capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às ideias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, onde parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades; a possibilidade de exercício de sua liberdade, tendo reconhecida a sua dignidade, e a possibilidade de representar, pública e partidariamente os seus interesses sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão. [...] Este é o campo dos direitos humanos fundamentais.

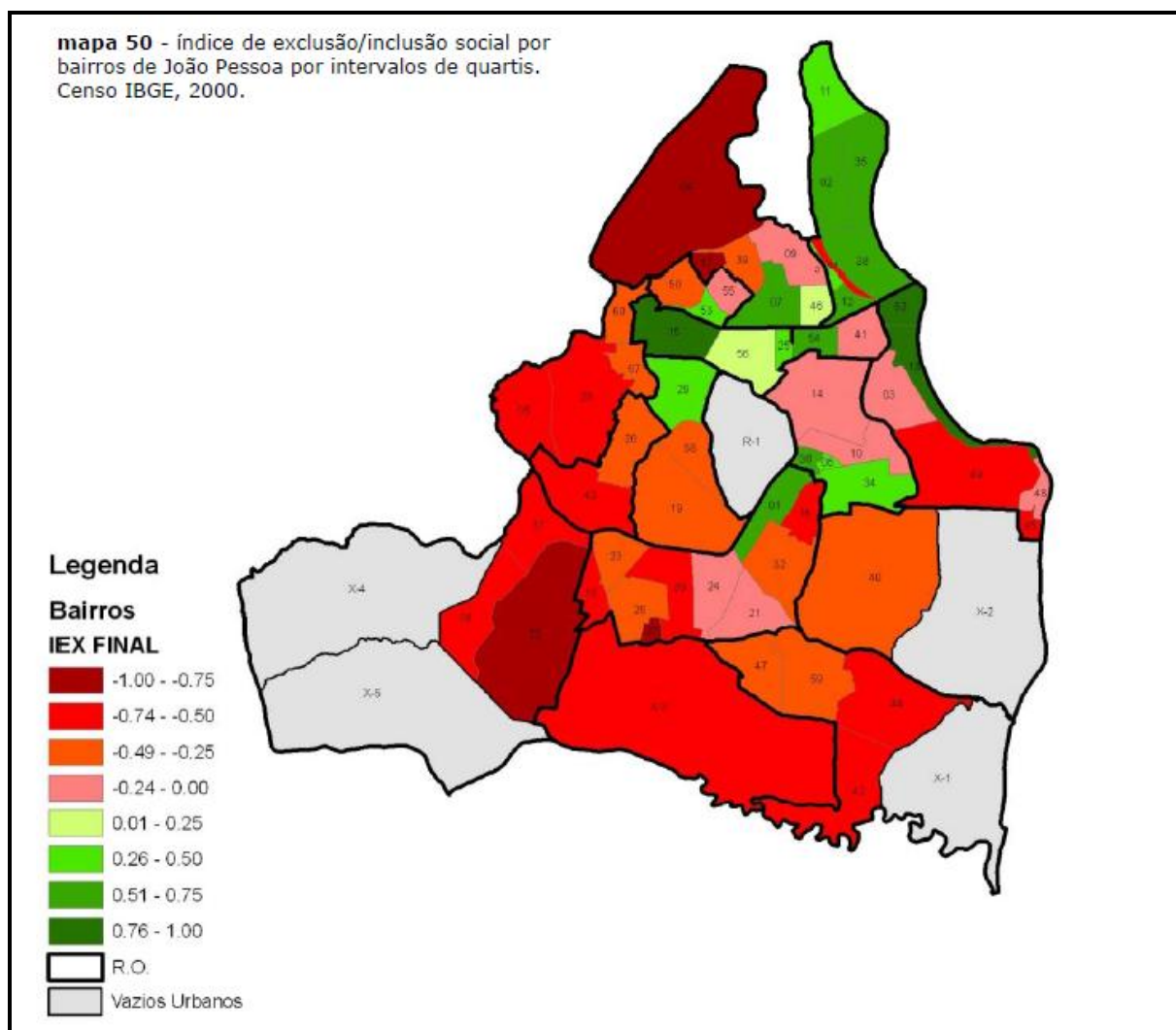
[...] qualidade de vida [...] é a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade.

Equidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias, etc.

O desenvolvimento humano é a possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade, melhor desenvolverem seu potencial com menor grau possível de privação e de sofrimento; a possibilidade da sociedade poder usufruir coletivamente do mais alto grau de capacidade humana. (p. 26-27).

Foram utilizados para formar estes critérios, 26 variáveis baseadas no levantamento censitário do ano 2000, e esta análise resultou no Índice de Exclusão/Inclusão Social (IEX), cuja distribuição na cidade de João Pessoa, apresentamos no Mapa 3.

Mapa 3 - IEX social por bairros de João Pessoa

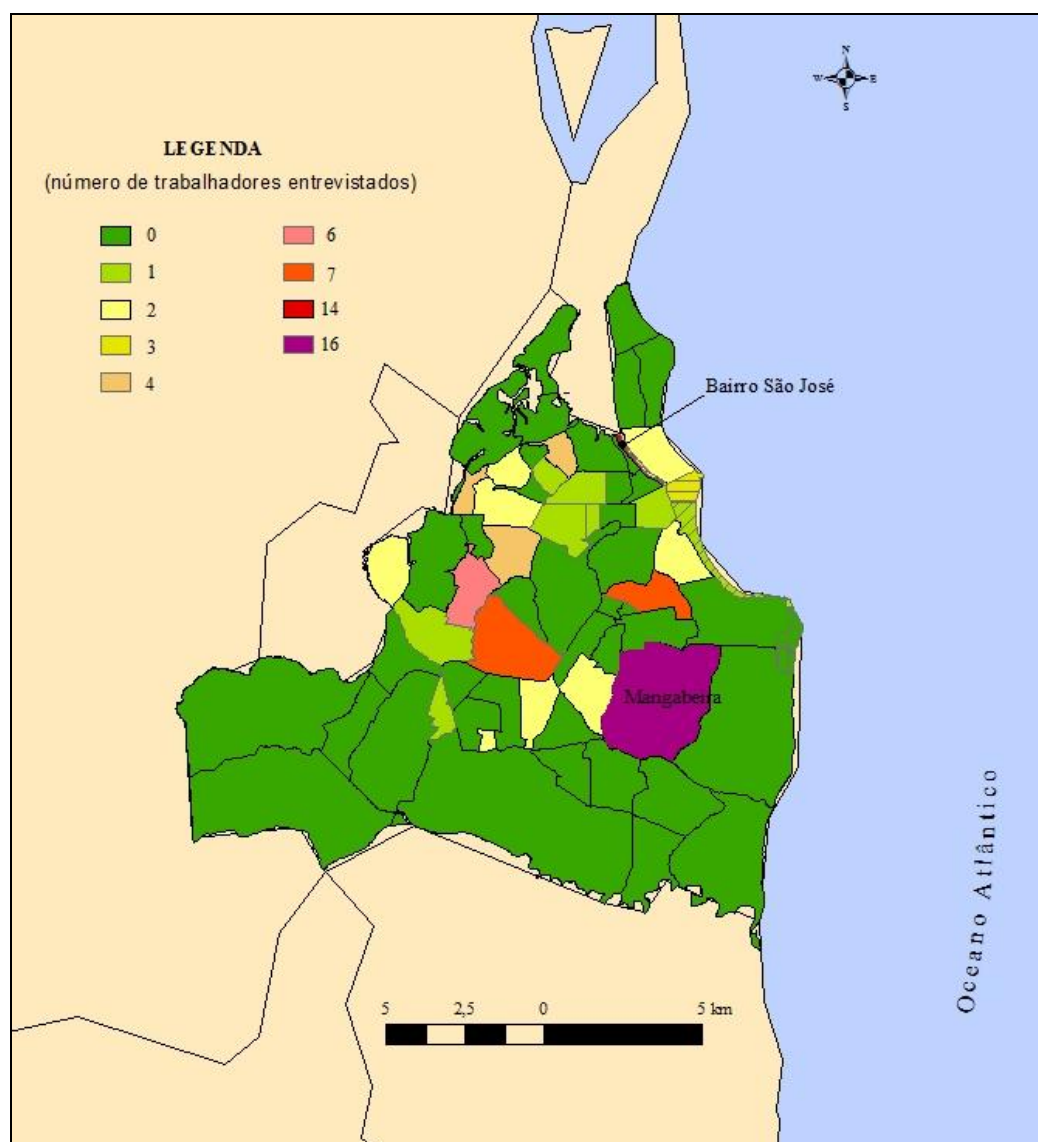


Fonte: SPOSATI, 2010.

No Mapa 3 autora apresenta o Índice de Exclusão/Inclusão Social – IEX - de cada bairro da capital, por intervalos. A escala que compõe o IEX, que vai do valor de -1,00 até 1,00, tem como referência o nível de exclusão social em sentido crescente, ou seja, tem o pior índice de exclusão social, ou apresenta a maior exclusão social, o bairro que apresenta o menor valor numérico, no caso de João Pessoa, o bairro do Distrito Industrial; tem o melhor índice de inclusão social, o bairro que apresenta o maior valor numérico, que é o bairro do Cabo Branco.

Os trabalhadores que entrevistamos moram em diversos bairros da capital, porém, existe uma predominância considerável em alguns bairros, como o bairro de Mangabeira e o bairro São José, indicados no Mapa 4.

Mapa 4 - Distribuição dos trabalhadores entrevistados pelos bairros de João Pessoa, 2011



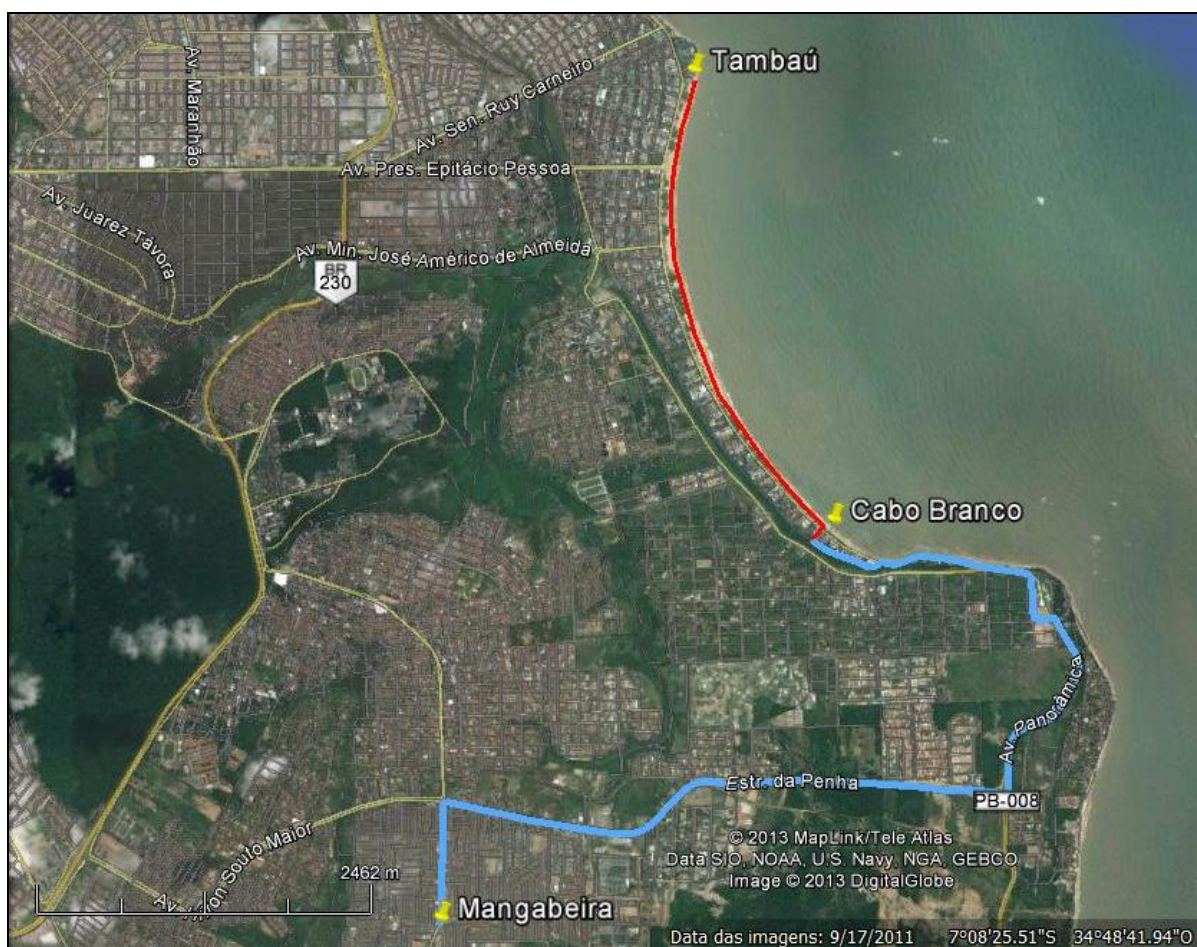
Fonte: Bases digitais SEPLAN/PMJP e AESA. Trabalhos de Campo – nov. 2011.

Org. ALVES, L. A.

O bairro mais populoso do estado da Paraíba, Mangabeira, é também o mais apontado pelos trabalhadores ambulantes que entrevistamos, como de sua residência, somando o total de 16 trabalhadores. De acordo com este levantamento, dentre os 60 bairros pesquisados no levantamento do Índice de Exclusão/Inclusão Social, Mangabeira encontra-se como o 30º bairro em inclusão social. Tomemos como exemplo o caso do Sr. L.⁶, de 60 anos, natural de

Remígio, vendedor ambulante de artigos de vestuário, chapéus e bronzeador nas areias de Tambaú e Cabo Branco. Ele é morador do bairro de Mangabeira que, conforme informamos, é um dos bairros que concentra o maior número dos trabalhadores ambulantes por nós entrevistados. Para chegar até a praia, os Sr. L. utiliza como meio de transporte o ônibus, onde leva os produtos que comercializa. A Figura 11 indica o percurso feito pelo trabalhador da sua residência até o local de trabalho.

Figura 11 - Trajeto diário de trabalho do Sr. L.



Em azul, temos o percurso feito de ônibus pelo trabalhador ambulante (Sr. L.), de Mangabeira, onde mora, até a orla do Cabo Branco (em azul) e o percurso que faz na areia das praias de Cabo Branco e Tambaú. Fonte: Google Earth. **Organização:** ALVES, L. A.

Ele faz este percurso todos os dias da semana, trabalhando das 7 às 13hs, e na praia, circula sempre entre Cabo Branco e Tambaú, caminhando os quase 4 km deste trecho de orla,

⁶ Escolhemos por referir-mo-nos aos trabalhadores informais ambulantes entrevistados pela letra inicial de seu nome, a fim de garantir a privacidade e a segurança do mesmo.

várias vezes, dependendo sempre do afluxo de possíveis clientes. Ele escolhe estas praias por considerá-las mais movimentadas, opinião comum da maioria dos trabalhadores entrevistados, pois quanto mais frequentada a praia, maiores as oportunidades de vendas. Esta variação da quantidade de usuários está diretamente relacionada aos fatores que tornam a praia mais atrativa para as atividades de lazer. Na praia do Cabo Branco, a Prefeitura Municipal autoriza a instalação de palco para apresentações musicais, como pode ser visto na Figura 12.

Figura 12 - Palco instalado na praia do Cabo Branco, João Pessoa, 2011



Equipamento público para apresentações culturais nas areias da praia, um forte atrativo para moradores e turistas.

Autora: ALVES, L.A. Trabalho de Campo, nov-2011.

A cidade de João Pessoa faz parte do circuito nacional de vôlei de praia, e nas areias também da praia do Cabo Branco, é montada estrutura, conforme visualizamos na Figura 13, onde é realizada a competição, o que favorece consideravelmente a atividade do comércio ambulante, em função do aumento do número de banhistas, torcedores e turistas.

Figura 13 - Fase de montagem da estrutura da arena de vôlei de praia, Cabo Branco, João Pessoa, 2011



A cidade faz parte do calendário oficial nacional do esporte, atraindo torcedores, turistas e ambulantes.

Autora: ALVES, L. A. Trabalho de campo, nov-2011.

São evidências como estas que indicam o forte apelo ao turismo atribuído à praia, e mostram o quanto esta paisagem é revestida de atributos de lazer, de consumo. Afinal, tais equipamentos poderiam perfeitamente ser instalados em outras localidades, em outros bairros, ou mesmo em outras praias. Mas a predileção pela praia do Cabo Branco para tal concentração de instalação de equipamentos, indica onde está a “menina dos olhos” dos empreendimentos que buscam lucrar com a venda da paisagem, seja no caso da rede hoteleira, da indústria da construção ou na indústria do turismo.

2.6 Paisagem negociada: turismo e informalidade

A praia é a paisagem desejada pelos idealizadores dos equipamentos de apelo turístico, seja da iniciativa privada ou do poder público – ou normalmente um consórcio entre ambos – no sentido de exercer um poder de atração sobre os consumidores deste espaço. A natureza é então moldada no intuito de facilitar o acesso e a permanência daqueles que afinal possam pagar por esta paisagem. Um bem que é natural, público, acaba por ser, mal disfarçadamente, apropriado, negociado, alterado, negociado. De acordo com Lefèbvre (2008),

A natureza, como o espaço, é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista. As exigências da recondução das relações sociais envolvem, assim, a venalidade generalizada da própria natureza. (p. 54).

As determinações do capitalismo tomaram posse de todas as esferas da vida humana, e de todos os tempos. O conhecido “tempo livre” soa inexistente, numa sociedade em que o lazer, o descanso e o ócio são apropriados, também, para fins de acumulação daqueles que detêm os meios através dos quais as pessoas buscam entretenimento em seu tempo de descanso. Os momentos de descanso não estão livres das obrigações a que a humanidade está subjugada, dentro desta modalidade de sociedade. Dentro das criações inventadas para abarcar todos os conjuntos de hábitos do ser humano, se destaca o turismo, gerindo de forma arbitrária as práticas que ocupam os momentos de ócio na sociedade capitalista.

De acordo com Ouriques (2005):

A verdadeira base de sustentação do turismo, como qualquer atividade econômica, está no trabalho (quer dizer, na exploração da força de trabalho). Afinal de contas, toda a infraestrutura de transportes, equipamentos de lazer e acomodação, todos os setores ligados à estruturação turística, enfim, fundamentam-se no trabalho e no consumo do turista. (p. 20).

Nas praias da cidade de João Pessoa, como em todo litoral do Brasil, o turismo acompanha uma padronização típica da sociedade do capital, onde a natureza e a paisagem são tomadas como objetos à venda. O turismo e a indústria da construção trabalham em uníssono, numa espécie de consórcio com benefícios comuns. Também aqui o espaço toma forma de um poderoso instrumento de controle social, infinitamente distante de um elemento neutro. Nas palavras de Ouriques (2005), “[...] o valor de uso subordina-se sempre ao valor de troca na sociedade capitalista e o lucro, enquanto forma de manifestação da mais-valia, é o elemento impulsionador de quaisquer atividades econômicas” (p. 18). Para este autor, o turismo é uma forma de fetichismo, em função dos atributos paisagísticos tornados objetos de consumo. Trata-se de um fetichismo espacial. Os comportamentos, os lazeres, acompanham as determinações dos modismos ditados pelo capital, sempre com vistas a um objetivo de lucro. Na orla, equipamentos públicos voltados para a cultura, como o Estação Ciência, Cultura e Artes Cabo Branco, Figura 14, também utiliza-se da paisagem para atrair visitantes, locais e turistas. Na figura, vemos também o Farol do Cabo Branco, também parte do roteiro turístico oficial da cidade.

Figura 14 - Farol do Cabo Branco e Estação Ciência, Cultura e Artes Cabo Branco



A escolha do terreno para a instalação do Estação Cabo Branco, deu-se em função da exploração da paisagem prioritária do turismo, a praia. Tal escolha tem recebido críticas em função da proximidade do limite da falésia do Cabo Branco, como podemos visualizar na imagem.

Fonte: Diretoria de Estudos e Pesquisas Ambientais/SEMAM/PMJP, 2012.

Como salienta Lefèbvre (2008): “através dos lazeres foram conquistados o mar, as montanhas e até os desertos. A indústria dos lazeres se conjuga com a da construção para prolongar as cidades e a urbanização ao longo das costas (...)” (p. 9). A apropriação pelo uso deste espaço é uma característica essencial numa sociedade que tem como fim em si a reprodução da riqueza abstrata. E o uso que se faz do espaço em questão – a praia – faz parte de toda uma rede de interesses comerciais, que abarca um incontável número de profissionais “formalizados” e de trabalhadores informais. Continua o autor:

[...] assim como as cidades novas, são dissociados da produção a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e “livres”. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, [...] aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. [...] São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho. (p. 49-50).

Na praia da Penha, encontramos num mesmo espaço, fatores que tornam ainda mais complexa a análise dos efeitos das determinações conflituosas impostas pela sociedade do capital. Alguns destes fatores se destacam, como a presença de pescadores e moradores de baixa renda, em meio a um ambiente altamente cobiçado pelo capital da indústria da construção, pelo fato desta praia estar localizada numa área estratégica do ponto de vista da atividade turística.

Figura 15 - Foto da praia da Penha, João Pessoa, 2012



A fotografia mostra o contraste entre o aglomerado da Beira Mar (à esquerda) e o Balneário da AFRAFEP (à direita).

Fonte: Diretoria de Estudos e Pesquisas Ambientais/SEMAM/PMJP, 2012.

Na Figura 15, temos no mesmo panorama, duas realidades completamente diferentes quanto ao uso e ocupação do solo, no caso, da praia da Penha. O aglomerado da Beira Mar, localizado na Comunidade de Nossa Senhora da Penha, é local de moradia de pescadores e donos de pequenos comércios da área. Esta comunidade fica entre a Associação Atlética do Banco do Brasil – AABB e a Associação dos Fiscais de Renda e Agentes Fiscais do Estado da Paraíba – AFRAFEP, cujas infraestruturas de alto padrão são voltadas para atividades de lazer. A praia é então frequentada tanto por moradores dos bairros de periferia da cidade quanto pela classe média que utiliza as associações de lazer que se localizam nesta área. Segundo Silva (2006):

O Aglomerado da Beira Mar, localizado entre as associações de lazer, AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil) e AFRAFEP (Associação dos Fiscais de Renda e Agentes Fiscais do Estado da Paraíba), é formado por residências de uso misto, como os bares, mercearias e quartos para alugar localizados na própria residência. Durante o verão, a população da área triplica com a chegada de barraqueiros de vários bairros de João Pessoa e até de outras cidades para comercializar seus produtos, são as ocupações sazonais. (p. 72).

Para permanecer neste trecho da praia da Penha, os moradores da Beira Mar na década de 1990, mobilizaram-se e resistiram às ameaças de despejo, conquistando o direito de continuarem ocupando a área – onde moravam há mais de 50 anos – ao descobrirem através da justiça, que a área que ocupam pertence à União⁷. (SILVA, 2006).

Figura 16 – Praia de Tambaú, 1935



Fonte: acervo família Stuckert

⁷ A Lei Federal 9.636, de 15 de maio de 1988, em seu artigo 2º, afirma que são terrenos de Marinha, em uma profundidade de 33 metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar médio de 1831, os terrenos situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas. (Projeto Orla, 2006).

Figura 17 – Praia de Tambaú, 2012

Fonte: disponível em:
<<http://paraibanos.com/joaopessoa/novasimagens/335tambau.jpg>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

As políticas públicas para a região Nordeste estão repletas de ações no sentido de incentivar a atividade turística. Nas Figuras 16 e 17 podemos observar a grande mudança na ocupação da orla de Tambaú. Os projetos urbanísticos do município seguem o padrão nacional de valorização do terreno de praia. O padrão naturalista está sempre presente no discurso e nas ações políticas, associado ao binômio sol-mar. Trata-se de uma espécie de retorno ao recorrente argumento de desenvolvimento regional, onde a natureza é colocada ora como problema, ora como solução dos problemas da região, e que, segundo Cruz (2002), “desconsidera necessárias alterações na estrutura socioeconômica regional como condição *sine qua non* para qualquer possível desenvolvimento”. (p. 11). Porém, não só o poder público, por influência da iniciativa privada, modifica estes espaços. Também o efetivo crescente de trabalhadores informais nas ruas altera significativamente estes espaços, transformando a vida pública, bem como o próprio espaço público (YÁZIGI, 2000, p. 25).

CAPÍTULO 3

TRABALHO AMBULANTE: faces da informalização e precarização do trabalho no espaço urbano de João Pessoa

Iniciamos nosso debate destacando a centralidade do trabalho na análise geográfica, considerando sua importância fundamental para a vida humana. De acordo com Antunes, “podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.” (2004, p. 11). É o trabalho, a influência previamente calculada sobre a natureza, que diferencia o homem do animal. Os antigos agrupamentos humanos perceberam, ao longo do desenvolvimento do trabalho que a ajuda mútua, o trabalho coletivo, tenderiam a agrupar ainda mais os membros da sociedade, o que mostra o caráter genuinamente social do trabalho.

Todavia a informalidade, condição crescente do trabalho na atualidade, evidencia a deterioração do mundo do trabalho na que nos encontramos. Neste capítulo tratamos de analisar os desafios da atual configuração do mundo do trabalho, tendo como referência a complexa análise da informalidade.

3.1 Desafios do mundo do trabalho atual

A configuração do mundo do trabalho hoje requer uma análise pormenorizada, a fim de explicar o seu intrincado estado. A análise da informalidade pode ajudar nesta tarefa, dada complexidade que lhe é característica, e também por sua capacidade de espacialização. Segundo Antunes (2005), os trabalhadores que fazem parte da chamada “economia informal”, são alguns dos representantes de uma classe trabalhadora que, neste momento da história, está diante de um desafio enorme, dada a extrema complexificação e fragmentação deste ser social.

Ao estudarmos as mudanças mais recentes no mundo do trabalho e analisarmos os termos de sua complexificação, deparamo-nos com constatações da atualidade da crítica que Karl Marx elaborou dois séculos atrás quanto à exploração capitalista. Na atualidade, para Vasapollo (2007), embora uma lógica econômico-produtiva diferente esteja se estabelecendo, incluindo mais e diversos modelos de produção e organização do trabalho, mantém-se o mesmo modelo, cuja centralidade está no: “trabalho dependente, assalariado, com lógicas cada vez mais desenfreadas de exploração, com extração maciça da mais-valia absoluta e relativa.” (p. 11).

Essa lógica desenfreada de exploração é uma ameaça real para a vida e os direitos dos trabalhadores, sejam formais ou informais. Quando nos deparamos com a realidade vivida pelos trabalhadores incluídos na informalidade do sistema, um dado que agrava a vulnerabilidade desse trabalhador é a inexistência de uma forma política de representação de classe, seja um sindicato, uma associação ou outro tipo de representação. Os trabalhadores informais ambulantes que entrevistamos na orla de João Pessoa trabalham alheios a qualquer tipo de cobertura trabalhista, haja vista que são, em geral, trabalhadores autônomos que, segundo os dados recolhidos em campo, não contribuem com a Previdência Social.

Podemos considerar que a informalidade vai no caminho oposto ao das conquistas tão duramente batalhadas pelos trabalhadores brasileiros. Os direitos conquistados, principalmente a partir da Constituição de 1988, representaram um avanço, ainda que os direitos conquistados estejam muito aquém do merecido e necessário à classe trabalhadora. Porém, o mínimo de segurança que a atividade laboral apresenta hoje, em sua condição formal, é absolutamente inexistente na expressão informal, o que evidencia o fato desta atividade ser um forte indício da crise estrutural em que se encontra o sistema do capital.

3.2 Complexidade da análise da informalidade

Na Geografia, o estudo da informalidade não é usual. As pesquisas relacionadas à informalidade são encontradas com mais frequência na Economia e na Sociologia. Supomos que isto se deva ao fato de que o estudo da informalidade, de modo geral, apresenta uma série de conflitos teóricos que envolvem sua definição. Já que a condição de informalidade é de difícil mensuração. Afinal, como afirma Malaguti (2000):

Da forma como a entendemos, a informalidade é uma dimensão atemporal da sociedade do capital. Sempre presente, mas ao mesmo tempo tão fugidia. Uma face obscura da modernidade, de difícil percepção, gelatinosa e escorregadia. Um fenômeno que tem conseguido frustrar todos os esforços despendidos em sua compreensão ou mensuração, parecendo querer “envergonhar” as pesquisas de campo e as teorias mais rigorosas. (p. 13).

Se a informalidade é um assunto teoricamente escorregadio, a reflexão sobre a sua espacialidade um desafio de pesquisa. A análise da espacialidade do trabalho informal ambulante nas praias de João Pessoa nos provoca a (re)pensar a cidade, atentos à fluidez da informalidade como um fenômeno no/do urbano e aos limites teóricos e práticos para interpretá-la. De acordo com Thomaz Jr. e França Jr. (2009):

Quando nos ocupamos com a (des)realização e as novas identidades do trabalho territorialmente expressas na plasticidade que se refaz continuamente, estamos preocupados com os desdobramentos para os trabalhadores da constante redefinição de profissões, habilitações, especializações, inserções autônomas etc., entremeada, em vários casos, com experiências de despossessão. Essa trajetória de fragmentações atinge em cheio o trabalho, e são essas as evidências mais profundas do estranhamento que acrescentam desafios à compreensão do trabalho, na perspectiva de classe. (p. 165)

E neste panorama de fragmentação da classe trabalhadora, a economia informal junta-se ao trabalho temporário, terceirizado, à subcontratação, enfim, ao desemprego estrutural. A formação de uma consciência de classe, em si, se vê impossibilitada. Manter o emprego, quando se tem um, submetendo-se aos abusos próprios de uma sociedade onde reina o capital, acaba por representar a única forma de sobrevivência.

Esta tendência de mudança do modelo ocupacional, no sentido da informalidade, atingiu um número tão significativo de trabalhadores, que mostra sinais de que vai se firmar e se agravar, já que, segundo dados do IBGE, nas grandes cidades brasileiras, o número de trabalhadores ocupados na informalidade corresponde à metade da população (JACKOBSEN; MARTINS, 2000, p. 5).

3.3 Empreendedorismo e desemprego

Em muitos de nossos entrevistados vimos a preocupação de legalizar a atividade. Alguns nos relataram que procuraram orientação junto à Prefeitura de João Pessoa, a fim de terem garantido o direito à comercialização de suas mercadorias na praia. Porém, em sua maioria, não obtiveram nenhuma espécie de documentação que os autorizasse oficialmente pelo órgão municipal de assim trabalharem. O fato de muitos destes trabalhadores terem baixa escolaridade e terem seu tempo tomado pelo trabalho, além da burocracia existente nas instâncias públicas municipais, fez com que alguns trabalhadores tenham desistido de, de alguma forma, regularizarem a atividade. E em geral, a sugestão que receberam, foi de adquirirem ou alugarem um “box” nos espaços reservados aos camelôs, como o “Shopping Centro Terceirão”, “Centro Comercial de Passagem” etc.

Mas a atividade de comércio nestes espaços “oficiais” tem um *modus operandi* completamente diferente daquele exercido pelo trabalhador ambulante. Este trabalhador vai, literalmente, em busca do possível cliente. Esta circulação constante é condição básica de sua

atividade; ele “vai onde o povo está”, acreditando que assim existam maiores possibilidades de ganho. Eventos que atraem multidões, condições climáticas favoráveis, uma menor presença ostensiva da Guarda Municipal, uma menor concorrência, enfim, vários são os fatores que favorecem ou não a realização do trabalho informal ambulante, daí a necessidade de estarem constantemente percorrendo o espaço entre as praias.

Em função desta constante busca dos trabalhadores por regularização e/ou apoio financeiro para suas atividades, surgem os projetos de apoio financeiro aos chamados micro e pequenos empresários. Na cidade de João Pessoa, existe o Programa Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios de João Pessoa, conhecido como Empreender-JP. Trata-se de um projeto de microcrédito orientado criado pela Lei Municipal 10.431, de 11 de abril de 2005, e que, segundo portal da Secretaria Municipal do Trabalho, Produção e Renda (SEDESP) da Prefeitura Municipal de João Pessoa, oferece capacitação, acompanhamento técnico e empréstimos de até 10 salários mínimos a juros de 0,9% ao mês.

O programa possui 13 modalidades de linhas especiais de crédito, a saber:

- (1) Tradicional;
- (2) Cinturão Verde (direcionado a agricultores familiares);
- (3) Especial 50+ (direcionado a pessoas com mais de 50 anos de idade);
- (4) Superação (direcionado a pessoas com deficiências);
- (5) Mercados Públicos (direcionado às ações de revitalização dos mercados públicos de João Pessoa);
- (6) Comerciantes informais (direcionado às ações de apoio aos ambulantes da Capital);
- (7) Grupos Comunitários (direcionado a associações e outras entidades de produtores);
- (8) Empreender Mulher (direcionado às mulheres em situação de risco atendidas pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres);
- (9) Capital de Giro (direcionado aos filiados à Associação das Micro Empresas de João Pessoa);
- (10) Empreender Jovem (direcionado a jovens com idade entre 18 e 29 anos);
- (11) Empreender Solidário (direcionado a apoiar grupos minoritários em situação de risco social e econômico);
- (12) Tecnologia da Informação (direcionado ao setor de TI);
- (13) Empreender Turismo (direcionado a empresários relacionados ao setor de Turismo). (JOÃO PESSOA, 2012).

Em 10 de abril de 2012 realizamos uma entrevista semi-estruturada com uma ex-trabalhadora informal, C., que trabalhava como ambulante vendendo comida de origem árabe com um carrinho que posicionava em espaço reservado pela Prefeitura Municipal próximo ao calçadão da praia do Cabo Branco, com a ajuda de sua companheira, J., e que buscou o apoio do programa Empreender-JP.

Ela nos informou que o que as levou a trabalhar informalmente foi o fato de J. estar desempregada e dela mesma não ter como trabalhar, em função do curso de Nutrição que fazia na época na Universidade Federal da Paraíba durante o dia. Como sabia fazer comida árabe, uma tradição que trouxe de sua família, ela usou suas economias para mandar fabricar o carrinho e contou com a ajuda de amigos para montar o material necessário em equipamentos e utensílios para começar o negócio.

C. aponta que os ambulantes que têm seu espaço fixo cedido pela Prefeitura naquela localidade, tentaram por vezes formar uma associação entre eles, porém a tentativa nunca foi bem sucedida, em função de entraves burocráticos. A Prefeitura sempre, segundo ela, sugeria outra localidade para posicionar os trabalhadores, porém era sempre num lugar afastado, que não interessava aos trabalhadores.

Em relação à atividade como ambulante, sem ponto fixo, C. considerava uma vantagem o fato de não terem que pagar pelo ponto, além de, pelo fato de estarem expostas, conseguirem atrair mais clientes, o que representou uma mudança significativa quando instalaram-se num estabelecimento fixo. Como desvantagem apontada, está a vulnerabilidade às mudanças de tempo, por vezes estarem expostas à chuva e o fato de, pelo fato de o espaço “pertencer” à Prefeitura, em tempos de festas realizadas nas imediações, o ponto cedido anteriormente aqueles trabalhadores ali estabelecidos, era “vendido” a outras pessoas, pela entidade municipal. O fato de na rua não poder contar com um espaço adequado para lidar com a manipulação dos alimentos também representava uma dificuldade. Ela aponta também o preconceito de parte da população com o trabalhador de rua.

Dois anos depois de estarem trabalhando na rua, e com o progresso da atividade informal, C. considerou a possibilidade de adquirir um microcrédito junto ao Empreender-JP para poder abrir uma loja e comercializar comida árabe. Sua escolha por um estabelecimento fixo deu-se em função das desvantagens apontadas para a atividade na rua, para poder oferecer melhores condições de conforto aos clientes, e também por almejar crescer profissionalmente.

Ela afirma ainda que o apoio financeiro do programa não saiu como pretendia. Foram solicitados R\$ 4.000,00 para abrir um estabelecimento, e o programa só autorizou R\$ 2.000,00, o que comprometeu seu planejamento de negócio, uma vez que só possibilitou que elas fizessem um estoque razoável de material para fabricar os alimentos. Ainda assim, e pelo fato de C. neste momento já estar trabalhando, em boa parte com o dinheiro do seu trabalho formalizado, elas conseguiram montar uma loja no bairro, e começaram a vender comida árabe no espaço. Porém, o aluguel do espaço e as taxas públicas eram muito altos, dada a

valorização do terreno nesta localidade. Com esta dificuldade ainda, elas se mantiveram trabalhando sozinhas na loja por oito meses. O fato de o estabelecimento ainda não ter porte e rendimento para que pudessem contratar funcionários, fez com que o negócio fosse prejudicado quando C. teve que se ausentar por problemas de saúde. Na sequência, o estabelecimento foi assaltado, e isto contribuiu para um desânimo em relação ao negócio, o que fez com que desistissem do projeto.

Eu vou dizer que arrumei uma dívida pra mim. Porque, na verdade, o que aconteceu: a gente pegou esse dinheiro, esses R\$ 2.000,00, e depois passou dois anos pagando R\$ 100,00 todo mês. Aumentou um pouquinho no final, no caso, quatro parcelas a mais, [...] e, em menos de dois meses a gente gastou o dinheiro, teve que consumir o dinheiro no próprio negócio mesmo, porque no começo a gente não tinha muito dinheiro, o negócio não dava lucro ainda. [...] E acabou que em dois meses, três meses o dinheiro acabou e passamos dois anos endividadas. [...] Hoje em dia não parece muita coisa, R\$ 100,00, mas na época, quando a gente ‘tava batalhando cada centavo, era uma grana, que a gente tinha que tirar a mais, então, por esse lado, foi ruim. Agora, também, se eles dão o dinheiro que você pediu [...] e você investe direitinho, é ótimo, é um empurrão mesmo que eles te dão. (informação verbal)⁸.

Ela não sabe ao certo os motivos que levaram a Prefeitura a liberar um valor inferior ao solicitado, que considerava mínimo para começar a atividade, e não foi esclarecida pelo atendimento do projeto a respeito. Informa que recebeu visitas constantes de fiscais que avaliavam o potencial do negócio estabelecido, então sugere que a partir disso, o programa considerou mais conveniente disponibilizar valor inferior. Isto acabou contribuindo, e muito, para a desistência no negócio. Apesar disso, C. considera que um bom aprendizado adquirido com a experiência do Empreender-JP, foi a capacitação oferecida pelo programa, com uma semana de curso, onde aprendeu a administrar melhor a atividade, com relação a movimentação das finanças. Ela pensa em retornar à atividade comercial, mas somente quando concluir suas atividades de pós-graduação, e poder investir de maneira mais segura, podendo contar com uma margem de gastos maior.

⁸ Depoimento da ex-trabalhadora ambulante C., no dia 10 de abril de 2012.¹ Inserir aqui o valor em R\$ atual do salário mínimo na PB (janeiro de 2011).

O relato de C. tem apoio na tese de Harvey (2011), de que o que antes era chamado de “setor informal”, hoje é representado por um mundo de “microempresas”. E a escolha pelo microcrédito é uma forma de manter o domínio sobre os trabalhadores ou “microempresários”, provocando uma dependência talvez ainda maior do que as dificuldades que eles enfrentariam caso investissem suas economias independentemente. No caso de um financiamento por via de entidade pública municipal, isto ganha contornos mais perversos, pois ainda existe a ideia de grande parte da população, de que o órgão público seria organizado no sentido de priorizar a assistência aos mais necessitados. No exemplo do autor,

O destino dessas [micro] empresas é então ligado ao do capital, pela ampliação do microcrédito e das microfinanças. Esses esquemas estendem pequenas quantidades de crédito (com taxas muito altas de juros) a coletivos (geralmente um pequeno grupo de mulheres) dentre os 2 bilhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia. O objetivo alegado é permitir à população sair da pobreza e participar do alegre, negócio da acumulação do capital. Alguns conseguem, mas para o resto isso significa os grilhões da dívida. (p. 121).

Como foi apresentado no caso de C., a questão do desemprego pode ser considerada como o fator principal no aumento da informalidade, apesar de não ser o único. Tentando precisar no tempo o salto quantitativo que a atividade informal passou a apresentar, podemos atribuir esta ampliação da informalidade às decisões políticas tomadas na década de 1990, e seu discurso falacioso de retomada do crescimento econômico. A abertura econômica ocorrida neste período acarretou a crescente monopolização do parque produtivo instalado no país. Esta e outras medidas tiveram como resultados o aumento da produtividade e a estabilidade da moeda, porém, para a grande massa da população brasileira, isto não significou uma vitória. Pelo contrário; com relação ao salário, ao nível de emprego, às condições de trabalho e legislação trabalhista vigente, quanto às condições reais de vida da maior parte da população, a propaganda de uma economia em franco crescimento teve pouco reflexo, ou um reflexo bastante perverso. Esclarecendo as consequências das modificações do período citado, Malaguti (2000) exemplifica:

“[...] o crescimento do PIB – ou do PIB *per capita* – nada nos diz sobre a geração de empregos ou a distribuição efetiva dos rendimentos (por ser uma média, um crescimento espantoso do PIB *per capita* pode coabitar, por exemplo, com salários decrescentes); um orçamento público deficitário nada nos informa sobre a aplicação da receita governamental (o déficit pode ter sido gerado tanto para sanear bancos quanto para a construção de hospitais e escolas); as altas taxas de juros tanto atraem o capital internacional (acréscimo de capitais voláteis) quanto oneram o Tesouro nacional

(diminuição do estoque de divisas). Da mesma forma, a simples estabilidade dos preços pouco nos permite afirmar sobre as variações dos salários ou dos rendimentos das várias ocupações (podendo coexistir inflação zero com arrocho salarial).” (p. 33-34).

Com esta afirmação, o autor nos alerta da necessidade de interpretarmos de maneira atenciosa os números de ordem econômica informados pelo governo central, como sendo provas concretas do desenvolvimento efetivo do país. Sem dúvida que uma parcela da população brasileira tende a se favorecer com o padrão desenvolvimentista da economia brasileira, mas com certeza, trata-se de uma parcela ínfima se comparada com a parcela da população que tem pago um preço muito caro, com seu trabalho e com as suas vidas por isto. A pergunta a ser feita é: para quem é este desenvolvimento?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos questionários aplicados, conseguimos apreender o ponto de vista do trabalhador informal ambulante, para além dos estereótipos de que estes são comumente revestidos. Consideramos um paradoxo que este sujeito seja visto pela sociedade que dá origem a ele, como um intruso do espaço urbano, como um elemento que estaria desconectado da dinâmica espacial da cidade. Pelo contrário, o trabalhador informal ambulante representa, de forma ostensiva no espaço, uma forte evidência das desigualdades próprias da cidade capitalista. Ao compreender em detalhes como a precarização do trabalho informal se espacializa na cidade, compreendemos a fragilidade do discurso do poder público, que vende um ideal de cidade justa, com igualdade de oportunidades para todos.

O aumento da frequência dos casos de violência policial contra os trabalhadores ambulantes nos bairros ou na praia, em João Pessoa, tende a obrigar que os cidadãos reconheçam esta situação como um problema de cunho socioeconômico, mas é fundamental que o trabalhador informal seja ouvido, antes que sejam feitos julgamentos equivocados, acentuando a atmosfera de preconceito. Percebemos que poder público e imprensa local, de modo geral, trabalham sempre a partir da perspectiva da legalidade sobre a perspectiva da necessidade, daí ser necessário que olhemos o problema da informalidade a partir da realidade do trabalhador.

O trabalho informal encontra-se tão espraído nas relações de trabalho, que é cada vez mais comum encontrar, por exemplo, estabelecimentos legalmente formalizados, comercializando produtos de origem não legalizada, produtos falsificados etc. O trabalho informal ambulante representa uma parcela importante da informalização do mercado de trabalho, porém é apenas uma parcela, entre inúmeras outras. Caso nos propuséssemos a levantar toda relação de trabalho cuja informalidade está presente, certamente nosso trabalho ficaria devendo muito conteúdo, dada impossibilidade de acompanhar este universo tão dinâmico e tão presente em todas as articulações do mundo do trabalho hoje.

Concordamos com o ponto de vista de Harvey (2011), ao afirmar que:

Aqueles que trabalham nas florestas e campos, no “setor informal” do trabalho intermitente nos becos das fábricas, nos serviços domésticos ou no setor de serviços em geral e o vasto exército de trabalhadores empregados na construção civil ou nas trincheiras (muitas vezes literalmente) da urbanização não podem ser tratados como atores secundários. Trabalham sob

diferentes condições (muitas vezes com baixos salários, em trabalhos temporários e precários, no caso da construção e urbanização). Sua mobilidade, dispersão espacial e condições de trabalho individualizadas podem tornar mais difícil a construção de solidariedades de classe ou a criação de formas coletivas de organização. Sua presença política é mais frequentemente marcada por tumultos espontâneos e levantes voluntaristas [...], mais do que organização permanente. Mas eles têm plena consciência de suas condições de exploração e estão profundamente alienados por sua existência precária e muitas vezes revoltados com o policiamento brutal de suas vidas diárias pelo poder estatal. (p. 196).

O debate que propomos aqui vai bastante além da simples tomada de partido, ao gosto de tendências da subjetividade, propomos sim um alerta sobre o que a sociedade não pode mais calar da ineficiência de um sistema ilusoriamente revestido de valores de igualdade, e que tenta sufocar a voz daqueles que representariam, dada sua pulverização no espaço e sua ainda limitada rede de solidariedade, uma porção absolutamente vulnerável da classe trabalhadora. A informalidade também é responsável pela transformação da cidade, por isso, consideramos importante que esta discussão se amplie, buscando meios de superar as dificuldades próprias deste tipo de estudo, onde acompanhar um sujeito tão fluido em sua espacialização, representa um desafio. Nas palavras de Henri Lefèbvre, citado por Carlos, “para compreender o que se descobre, basta não se deixar cegar”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5300.htm>. Acesso em: 12 nov. 2012.

BRASIL. **Projeto Orla:** fundamentos para a gestão integrada. Brasília: MMA, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2005. – (Repensando a Geografia).

CONSERVA, Marinalva de Sousa; ARAÚJO, Anísio José da Silva. **Informalidade e Precarização nos Mundos do Trabalho**. In: Teoria Política e Social. V. 1. N. 1, dez. 2008.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato:** uma literatura do espaço do ambulante na cidade de São Paulo. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

G1 PB. Projeto prevê retirada de ambulantes irregulares de ruas de João Pessoa. **G1 Paraíba**, João Pessoa, 28 nov. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/11/projeto-preve-retirada-de-ambulantes-irregulares-de-ruas-de-joao-pessoa.html>>. Acesso em: 02 dez. 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Notas Metodológicas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: 18 out. 2012.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. In: Conferência do Desenvolvimento – CODE, 2011. **Indicadores da Paraíba**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/code%20indicadores%20da%20paraba.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

JACKOBSEN, Kjeld. MARTINS, Renato. DOMBROWSKI, Osmir. (Orgs.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal. **Empreender – JP**. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedesp/empreender/>>. Acesso em: 11 abr. 2012.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. Teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia / Seção São Paulo – Associação dos Geógrafos Brasileiros**. – São Paulo, n. 84, p. 77 – 92, jul. 2006.

LEFÈBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEANDRO, Aldo Gomes. **O turismo em João Pessoa e a construção da imagem da cidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa 2006. Disponível em: < http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/aldo_leandro.pdf >. Acesso em: 16 abr. 2012.

LIMA, Thiago Almeida. **Zonas Especiais de Interesse Social: a institucionalização da segregação sócio-espacial em João Pessoa – PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MENEZES, Sócrates Oliveira. Notas sobre a relação campo-cidade: a geografia da divisão territorial do trabalho. **Geonordeste. (Publicação do) Núcleo de Pós-Graduação em Geografia**. Ano XX, n. 1. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2010.

MOREIRA, Ruy. “A Geografia serve para desvendar máscaras sociais”. In: MOREIRA, Ruy. **Geografia, Teoria e Crítica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

OLIVEIRA, José Luciano Agra de. **Uma contribuição aos estudos sobre a relação transporte e crescimento urbano: o caso de João Pessoa**. 2006. 195 f. Dissertação (mestrado em Engenharia Urbana) – CT/Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

PEREIRA, Silvia Regina. **Percursos urbanos: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade**. 2006. 326f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

RAMOS, Daniel da Rocha. **A invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – PPGAU/Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

RAMOS, Lauro. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão n. 914, 10 p., 2002.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A cidade como direito. In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. 2007, Porto Alegre. **Anais**. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/arlete.htm>>. Acesso em: 19 de nov. 2012.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Acumulação de capital e produção de espaço: o caso da Grande João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Alzení Gomes. **O turismo e as transformações socioespaciais na Comunidade de Nossa Senhora da Penha em João Pessoa – PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG/Universidade Federal da Paraíba, 2006.

SPOSATI, Aldaíza (Coord.); RAMOS, Frederico; KOGA, Dirce; CONSERVA, Marinalva; SILVEIRA JR., José Constantino; GAMBARDELLA, Alice. **Topografia social da cidade de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio; FRANÇA JÚNIOR, Luzimar Barreto (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2009. V. 4.

VASAPOLLO, Luciano. **Por uma política de classe: uma interpretação marxista do mundo globalizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
CURSO DE GEOGRAFIA

Nº _____

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA:

ITINERÂNCIA DO COMÉRCIO INFORMAL: A PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO **AMBULANTE NAS PRAIAS DE JOÃO PESSOA/PB**

I - IDENTIFICAÇÃO

Pesquisador: _____

Local: _____

Data: _____ Turno: _____

II - DADOS PESSOAIS

Nome do trabalhador/a: _____

1. Idade: _____ 2. Naturalidade: _____

3. Em que Bairro mora: _____

4. Tipo de residência: ____Própria ____Alugada ____Outra: _____

5. Há quanto tempo? ____Menos de 1 ano ____1 a 5 anos ____Mais de 5 anos

6. Já morou em outros lugares antes? ____Sim ____Não

6.1 Quais?

6.2 Do que trabalhava lá?

a. _____

1. _____

b. _____

2. _____

c. _____

3. _____

d. _____

4. _____

7. Grau de escolaridade

____Alfabetização incompleta

____Alfabetização completa

____Ensino fundamental incompleta

____Ensino fundamental completo

____Ensino médio incompleto

____Ensino médio completo

____Ensino superior incompleto

____Ensino superior completo

III – COMPOSIÇÃO/PERFIL FAMILIAR

8. Mora com a família? ____ Sim (*ir para a questão 8.1*)

____ Não (*ir para a questão 8.2*)

8.1. Os membros da sua família que moram junto a você são:

____ Pai ____ Filho (nº ____)

____ Mãe ____ Cônjuge

____ Irmão(nº ____)

____ Outros _____

8.2. Onde mora a família? _____

9. Estado civil:

____ Solteiro(a) ____ Casado(a) ____ Viúvo(a) ____ Outros (_____)

IV – CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

10. Que tipos de trabalho os familiares exercem? _____

11. Ajuda econômica periódica que recebe:

____ Bolsa Família ____ Vale-gás ____ Pão e leite ____ Aposentadoria

____ Pensão ____ Ajuda de familiares ____ Outros: _____

12. Que meios de transporte utiliza para vir trabalhar?

____ Carro ____ Moto ____ Ônibus ____ Bicicleta ____ Outro (Qual? _____)

13. Quanto tempo leva?

14. Qual o trajeto até o

trabalho? _____

15. Qual é a renda mensal familiar (em média)?

___Até 1 Salário Mínimo⁹

___De 2 a 3 salários

___Entre 1 e 2 salários

___Mais de 3 salários

V. O TRABALHO INFORMAL

16. Que tipo de atividade exerce na praia: _____

17. Quantas horas por dia? _____

18. Quais dias da semana?

19. Há quanto tempo trabalha nessa atividade? _____

20. Por que começou a trabalhar na praia? _____

21. Trabalha para alguém? ___Sim(*ir para questão 21.1*) ___Não

21.1. Para quem? _____

22. Trabalha com alguém? ___Sim (*ir para questão 22.1*) ___Não

22.1. Com quem? _____

23. Fabrica o produto que comercializa? ___Sim ___Não (*ir para questão 23.1*)

23.1. Onde adquire o produto? ___Direto com o produtor ___Por atravessador

___Outro: _____

24. Por que vende este produto/realiza este serviço? _____

¹ Inserir aqui o valor em R\$ atual do salário mínimo na PB (janeiro de 2011).

25. Já vendeu outros produtos/realizou outros serviços na praia?

___Sim (*ir para questão 25.1*) ___Não

25.1 Quais? _____

26. Gosta do seu trabalho? ___Sim ___Não

27. Por que? _____

28. Exerce algum outro trabalho? ___Sim (*ir para questão 28.1*) ___Não

28.1 Qual? _____

29. Já trabalhou formalmente? ___Sim (*ir para questão 29.1*) ___Não

29.1. Tipo de vínculo:

___Carteira assinada ___Contrato

___Autônomo ___Outro: _____

30. Que tipo de trabalho? _____

31. Por que não continua nele? _____

32. Trabalharia formalmente? ___Sim ___Não

33. Por que? _____

34. Sempre trabalha na mesma praia? ___Sim ___Não

35. Por que escolhe esta praia? _____

36. Qual a renda média mensal do trabalho que exerce?

___Até 1 salário mínimo ___De q a 2 salários ___Mais de 2 salários

Agradecimentos

[illegible]